

Revista bimestral do Sindicato dos Servidores das  
Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro  
ANO V – nº 37 – junho e julho de 2012

# Ideias

EM REVISTA

## FUNÇÕES COMISSIONADAS

TRF aprova reestruturação que provocará perda salarial para servidores do administrativo. Há risco das mudanças serem estendidas para outros setores



# Quer mais motivos para ir pra rua?

## OFICIAIS DE JUSTIÇA

Relatos estarrecedores mostram a difícil tarefa desse segmento.

Entregar uma simples notificação pode ser tarefa de alto risco

## FUNPRESP

O vice-presidente do Sindifisco-RS explica porque a Previdência Complementar cria duas classes de servidores e dividirá a categoria

## CPI DO CACHOEIRA

Sem o conluio da imprensa hegemônica, Demóstenes, Gilmar Mendes e Roberto Gurgel nunca teriam o poder que alcançaram. No entanto, a mídia nunca é investigada

# ÊNFASE

Instituto Jurídico

Tradição e Excelência

## Preparando Campeões!

# Presencial e Online

### Cursos Federais

Magistratura  
MPF  
AGU | DPU | DPF  
Jurisprudência  
Resolução de Provas  
Ênfase FULL

### Cursos Estaduais

Magistratura | MP | DPGE  
PGE/PGM | Estadual VIP

### Cursos Adv. Estatais

BNDES | PETROBRAS | CEF  
Adv. Estatais Plena

### Cursos Analista

TRF | TRT | TRE | MPU  
Analista TOP

### Módulos de A a Z

Constitucional com o Prof. João Mendes  
Tributário com o Prof. Érico Teixeira  
Processo Civil com o Prof. Erik Navarro

### Intensivos

AGU e PFN - Teoria e Exercícios  
Analista TRT 1ª Região  
Analista TRT Banca FCC  
Módulo de Dir. e Proc. do Trabalho  
Analista TRE  
Módulo de Direito Eleitoral  
Delegado de Polícia Federal  
Agente de Polícia Federal  
Delegado de Polícia Civil  
Advogado CEF

\* Desconto não cumulativo.

Conveniados **SISEJUF/RJ** tem  
**20% de Desconto\*** nos Cursos Presenciais

Turmas Presenciais  
**Manhã, Noite  
e Sábado**

Coordenação  
**Érico Teixeira** (Juiz Federal)  
**Erik Navarro** (Juiz Federal)  
**João Mendes**  
(Mestre pela Univ. de Coimbra)

**Centro** { 21.2223.1327  
Rua Buenos Aires, 56 - 2º, 3º e 5º andar

**Barra** { 21.2494.1888  
Downtown | Bloco 21 - Salas 156 e 158

**Niterói** { 21.3629.0572  
Rua Maestro Felício Toledo, 519 - 3º andar | Centro

**Reestruturação de FCs**

TRF aprova reestruturação de funções comissionadas que vai provocar perdas salariais. Mudanças podem ser estendidas para outros setores além da Administração.

Página 4

**Editorial**

Sisejufe, coerente com sua história e compromisso, finaliza a devolução do Imposto Sindical para servidores sindicalizados.

Página 5

**Luta pelo PCS4**

Série de paralisações e atos públicos mantém categoria mobilizada no Rio. Com apitão, servidoras e servidores do Judiciário Federal cortam bolos pelos seis anos sem reajuste de salário. Atos públicos e interrupções de três horas no trabalho marcam as três primeiras semanas de junho.

Páginas 6, 7, 8 e 9

**Luta pelo PCS4**

Reunião da Fenajufe com sindicatos redefiniu calendário de luta indicando greve a partir de 21 de junho. Conheça os estados que já votaram a greve a partir desta data.

Páginas 10 e 11

**Cultura**

Lena Ganthos, chefe de cartório da 150ª ZE, lançará CD e, depois do Prata da Casa, no jornal Contraponto, está em Ideias em Revista.

Página 12

**Oficina Literária**

Nossa colaboradora Marlene de Lima, servidora aposentada do TRT, volta com um novo miniconto: Kalligraphía, desta vez ilustrado por Marcelo Cota.

Página 13

**Redução da Jornada**

O dirigente sindical Roberto Ponciano apresenta um breve ensaio sobre as lendas urbanas sobre a jornada diária de seis horas e o conceito filosófico de reificação do Homem.

Páginas 14 e 15

**Oficiais de Justiça**

O jornalista Max Leone ouviu relatos alarmantes e anônimos de oficiais de justiça que correm risco de vida no exercício diário de suas funções.

Páginas 16 e 17

**Ideias Entrevista**

Mais divisão na categoria e transferência de dinheiro público para a gestão privada. Este é o prognóstico do vice-presidente do Sindifisco-RS, Celso Malhani de Souza, em relação ao Fundo de Previdência Complementar do Servidor Federal (Funpresp) – recentemente sancionado. “Haverá perda de talentos e da qualidade no serviço público”, vaticina Malhani.

Páginas 18, 19, 20 e 21

**Saúde**

Instalação do Grupo de Trabalho (GT) de Saúde da Fenajufe aconteceu durante a Jornada de Saúde, Condições e Relações de Trabalho do Sisejufe, em 31 de março. Representantes de 10 estados da federação e do Distrito Federal estiveram presentes ao encontro e aos debates promovidos pelo sindicato no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF).

Páginas 22 e 23

**Saúde**

Sindicato lançou a campanha “Pausa de 10 Minutos” durante a Jornada de Saúde, Condições e Relações de Trabalho do Sisejufe.

Página 24

**Nacional**

A contragosto, o setor bancário começa a se render ao quadro provocado pelas medidas governistas e ensaia redução de juros. Situação ajuda na redistribuição de renda no país. Saiba como na matéria de Max Leone.

Página 25

**Nacional**

A mídia comercial do Brasil tanto esperneou, quando estourou o escândalo Demóstenes-Cachoeira, que ficou de fora das investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Saiba na reportagem de Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá, de São Paulo, detalhes das relações escusas dos barões midiáticos com algumas figuras proeminentes da República.

Páginas 26 e 27

**Internacional**

Ideias reproduz ensaio do sociólogo norte-americano James Petras em que ele analisa um dos grandes paradoxos da história contemporânea: o discurso anti-imperialista usado pelo Império e por seus asseclas.

Páginas 28, 29, 30 e 31

**Internacional**

Em texto traduzido por Roberto Ponciano, uma notícia anedótica vinda das terras do Rei Juan Carlos: as prostitutas espanholas deixaram de oferecer seus serviços a banqueiros durante a crise financeira.

Páginas 32 e 33

**Gênero**

A jornalista Tatiana Lima narra a censura sofrida, no Facebook, por uma ativista e por um jornalista da Folha de S.Paulo que postaram fotos da Marcha das Vadias consideradas “pornográficas”.

Páginas 34 e 35

**Direitos Humanos**

Instalada em 16 de maio, a Comissão da Verdade chega carregada de expectativa de passar a limpo parte da história brasileira.

Páginas 36 e 37

**Latuff**

Em época de Rio+20, nosso cartunista Carlos Latuff ironiza a postura dos grandes emissores de carbono em relação ao Brasil.

Páginas 38

# TRF retira funções comissionadas

Pleno do tribunal aprova reestruturação que provocará perda salarial para funcionários do administrativo. Há risco de mudanças serem ampliadas para outros setores

**Apesar da pressão de pelo menos cem servidores que estiveram presentes nas galerias do plenário e, antes, de ato público na porta da sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e, além disso, de três votos contrários, os desembargadores do tribunal aprovaram em 18 de junho a proposta de alteração na estrutura dos gabinetes e das subsecretarias do pleno, das seções e das turmas do TRF.**

Max Leone\*

A decisão representa a perda de funções comissionadas (FCs) para uma parcela dos servidores dos setores de processamento do tribunal. De uma tacada só, a presidenta do tribunal, desembargadora Maria Helena Cisne, conseguiu extinguir da estrutura organizacional do TRF várias unidades. Com isso, foram deslocadas 24 CJs1 para gabinetes de desembargadores prejudicando, inicialmente, de 100 a 150 servidores, segundo estimativas iniciais do Sisejufe, que perderão suas funções comissionadas.

O sindicato entende que essa medida levará a um processo de elitização das funções e ao esvaziamento desses setores do TRF, causando um processo de precarização com efeitos nefastos para o bom funcionamento do tribunal.

“A medida da presidenta do TRF vai criar dois tipos de

servidores: um de primeira categoria e outro de segunda. Serão beneficiados os que estão nos gabinetes em detrimento do pessoal que perde as funções. Mas é bom deixar claro que quem está em gabinete não tem segurança. Amanhã pode muito bem perder a função também”, afirmou o vice-presidente do Sisejufe, Ronaldo das Virgens, um dos representantes do sindicato que acompanhou a votação. Também estiveram presentes o diretor-presidente Valter Nogueira Alves e o diretor Edson Mouta.

Antes da votação em plenário, o Sisejufe promoveu mais uma manifestação contra a retirada das FCs. Aos poucos, os servidores foram chegando e participando do ato. Valter Nogueira Alves explicou a real intenção da proposta da Presidência do TRF. Segundo ele, a pauta de votação de 18 de junho foi divulgada na última hora de 15 de junho, uma sexta-feira. “A estratégia é fragmentar o tribunal. Hoje (18 de junho), com essa votação, serão inicialmente alguns servidores dos administrativos. Foi aberto caminho para, amanhã, atingir a todos. É preciso estar mobilizado



Foto: Max Leone

Diretor-presidente do Sisejufe (de marrom) acompanhou a votação

para tentar barrar isso. Aquele que não grita não se faz ouvir. Aquele que não fala, não se faz escutar”, afirmou o dirigente do Sisejufe durante o ato, antes da votação.

## Retirada anterior

Em outras duas oportunidades, a proposta de reestruturação chegou a ser retirada de pauta. O sindicato promoveu dois atos públicos em frente do TRF, nos dias 28 de março e 9 de abril. As duas manifestações, somadas, chegaram a reunir 300 servidores.

A presidenta do TRF, desembargadora Maria Helena Cisne, à época, justificou a iniciativa alegando que visitou vários setores e teria constatado “excesso de pessoal em alguns lugares e outros com carência de pessoal”. Disse que nomeou uma comissão para fazer estudos sobre a reestruturação e que a entrada em vigor da lei que cria a estrutura do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) possibilitou a retomada de cargos para o TRF, tendo assim, condições de fazer as alterações. Segundo ela, o despacho da Comissão

de Estudos para Adequação e Racionalização de Cargos e Funções do tribunal indicou a distribuição de 24 CJ-1 “para gabinetes dos desembargadores federais para suprir a atual composição deficitária”.

De acordo com a desembargadora, entre outros, o objetivo da reestruturação é ter condições de atingir as metas do programa Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para o vice-presidente do Sisejufe, as justificativas da presidenta do TRF não procedem. “Muitos setores têm é pouco servidor para poder funcionar, isso sim”, declarou.

Um dos desembargadores a votar contra a resolução foi Paulo Espírito Santo. Durante o voto, ele destacou o impacto que as medidas poderão provocar sobre a vida dos servidores. “Haverá perda salarial e de empregos. Eu não concordo com a forma como está proposta a reestruturação”, discursou e meio a aplausos dos servidores que estavam no plenário.

\*Da Redação.

## Atendimento da Unimed-Rio em Niterói, São Gonçalo e Barra da Tijuca

O Departamento Administrativo do Sisejufe informa que está normalizado o atendimento a clientes da Unimed-Rio nos municípios de Niterói e São Gonçalo. O Hospital & Clínicas São Gonçalo está aberto para atender a todos os planos comercializados pela cooperativa. A estrutura foi reforçada ainda com o credenciamento do Hospital Icaraí par clientes dos planos Beta, Delta e Ômega, inclusive em casos de emergência, cirúrgicos e maternidade.

Outra novidade é a ampliação do atendimento de urgência e emergência da Unimed-Rio na Barra da Tijuca, que desde o começo do ano era realizado no Pronto Atendimento da própria cooperativa. A rede agora passa a ter reforço do Hospital Rio-Mar e da Clínica Pediátrica da Barra para algumas modalidades de planos.

Na emergência do Hospital Rio-Mar são atendidos os clientes dos planos Delta, Ômega. Já na Clínica Pediátrica da Barra, a novidade é que a cobertura usual para aqueles planos foi também estendida para os portadores de plano Beta. O Pronto Atendimento da Unimed-Rio na Barra, assim como o de Copacabana, continua funcionando com toda a sua capacidade e aberto para todos os tipos de planos oferecidos na cooperativa.

Endereços: Pronto Atendimento Barra: Avenida das Américas, 777, Fone: 21 2483-9400 (24h). Pronto Atendimento Copacabana: Rua Siqueira Campos, 70, Fone: 21 2483-9900 (24h).

Mais informações sobre o Convênio Unimed-Sisejufe em

[sisejufe.org.br](http://sisejufe.org.br)

# Sisejufe finaliza a devolução do Imposto Sindical para servidores filiados

No dia 18 de junho, o último lote de devolução dos 60% da Contribuição Sindical recebido pelo Sisejufe foi devolvido aos servidores do TRF que possuem contas na Caixa Econômica Federal (CEF) e no Santander. No dia 15 de junho, foi efetuada a devolução da contribuição para os servidores filiados do TRF (conta no Banco do Brasil) e, antes disso, no dia 29 de maio, foi feita a devolução aos servidores da Justiça Federal. A rapidez na devolução traduz uma marca da gestão Mais Sisejufe: acreditamos que a organização democrática e legítima da categoria passa apenas pela contribuição através da filiação espontânea ao seu sindicato, não através de um desconto compulsório.

Em 2012, o Sisejufe contou com a parceria do TRF e da SJRJ para efetuar a devolução de forma ainda mais ágil do que no ano passado, com a geração de folha suplemen-

tar especificamente para tal fim.

Mantivemos nossa coerência – o Sisejufe é um sindicato que historicamente se bate contra cobranças compulsórias da classe trabalhadora, assim como a CUT – central sindical à qual somos filiados. Por isso, não fazemos mais que nossa obrigação ao devolver cada centavo que nos foi repassado dos servidores sindicalizados.

Continuamos lutando pela derubada desta arbitrariedade imposta aos servidores públicos. Somos contra a Contribuição Sindical porque entendemos que o trabalhador deve filiar-se à organização que de fato o representa e que organiza a sua categoria. A Contribuição Sindical alimenta os sindicatos cartoriais que nada fazem pelas categoriais das quais descontam o imposto.

O Sisejufe fez sua parte e continuará fazendo – um sindicato que cresce o índice de filiação a cada dia e está respaldado em confiança e legitimidade dentro da categoria do Judiciário Federal fluminense.

**A rapidez na devolução traduz uma marca da gestão Mais Sisejufe: acreditamos que a organização democrática e legítima da categoria passa apenas pela contribuição através da filiação espontânea ao seu sindicato, não através de um desconto compulsório.**



**SISEJUFÉ**

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003  
TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: [imprensa@sisejufe.org.br](mailto:imprensa@sisejufe.org.br)

Filiado à Fenajufe e à CUT

**DIRETORIA:** Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana O. de A. Góes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marli Ferreira Gomes, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

**IDEIAS EM REVISTA – REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ 19002/JP) – Tatiana Lima (MTb32631/RJ) **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo

**DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff e Marcelo Cota

**CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda

**IMPRESSÃO:** 3Graf – Gráfica e Editora (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas à edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita à aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em  
Papel Reciclado

# Série de paralisações e atos públicos mantém categoria mobilizada no Rio

**Com apitão e cornetaço, servidores do Judiciário Federal no Rio cortam bolo pelos seis anos sem reajuste de salário**

Fotos: Max Leone



JF da av. Rio Branco: servidora serviu os colegas na triste comemoração

Max Leone\*

**O**s seis anos sem reajuste salarial e a demora na aprovação do quarto Plano de Cargos e Salários (PCS) foram alvos de protestos na terça-feira, 19 de junho, dos servidores do Tribunal Regional Federal

(TRF) da rua do Acre, da Justiça Federal da avenida Rio Branco e dos foros da JF da avenida Venezuela e da Almirante Barroso. Ao som de apitos e cornetas, os servidores cortaram bolos em frente aos locais de trabalho em “comemoração” à arrastada tramitação do PL 6.613/2009,

que ainda não tem uma definição.

Na avenida Rio Branco, os funcionários da Justiça Federal fizeram um minuto de silêncio antes do protesto. Coube à servidora Sônia Teles a tarefa de cortar o bolo para os colegas que participavam da manifestação. Já no TRF, o clima era de total

indignação pela aprovação da reestruturação que retira funções comissionadas de servidores do tribunal (veja reportagem na página 4). Foram distribuídos pedaços de bolo e refrigerantes em uma verdadeira “festa de aniversário” pela espera da aprovação do PL.



TRF: discursos indignados contra os seis anos de congelamento salarial e contra a reestruturação das funções comissionadas



JF da av. Venezuela: servidores não se abateram e conseguiram até cantar um irônico “parabéns a você”

No TRF, os manifestantes reforçaram os protestos contra a demora do PCS em ser aprovado. A todo momento, no entanto, a votação ocorrida na segunda-feira, 18 de junho, que culminou com a aprovação da retirada de FCs de servidores do setor de processamento do tribunal, era mencionada nos discursos acalorados dos dirigentes sindicais e servidores de base.

“A votação da reestruturação foi mais um soco na boca do estômago dos servidores. Se já não bastasse os seis anos sem reajuste, agora vem essa reestruturação administrativa que vai acabar atingindo a todos mais dia menos dia. Temos que estar mobilizados para mais essa luta”, disse a diretora do Sisejufe Mariana Liria.

Na Cinelândia, além dos protestos pelo PCS, houve manifestação contra a reestruturação aprovada no TRF. Ao som de apitaço e cornetaço, ativistas sindicais chamavam a atenção das pessoas que passavam pela calçada.

“Estamos na luta pela repo-

sição salarial. Nosso último reajuste foi em 2006, que repôs a inflação de 2004, 2005 e 2006. Aumento do PL 6.613 mal consegue repor as perdas de 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Nesse período não tivemos correção. É preciso lutar para conseguirmos”, afirmou Roberto Ponciano, diretor do Sisejufe.

Na Almirante Barroso, aproximadamente 30 servidores e servidoras participaram do ato de meio dia à 13h30. Os diretores do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares e Dulavim Lima Júnior aproveitaram para convocar os servidores para os próximos atos da semana que vem. Eles deram informes sobre a reestruturação aprovada no TRF.

“Cantamos parabéns em ‘comemoração’ aos dois anos de PL 6613 na CFT da Câmara e pelos seis anos sem reajuste salarial. Cortamos o bolo, comemos e bebemos refrigerantes”, informou o diretor sindical Ricardo Soares.

\*Da Redação.



JF da av. Venezuela: mais um ato no calendário de lutas do Sisejufe



JF da av. Rio Branco: solidariedade aos colegas do TRF



Rua do Acre: retirada de FCs no TRF é mais um golpe nos servidores

# Servidores fazem apitação no TRF

**TSE inclui previsão de reajuste para servidores em pré-proposta do orçamento 2013**



Fotos: Tatiana Lima

**Uníssonos:** diretora sindical Mariana Liria (à direita) coordenou a manifestação diante do TRF

Tatiana Lima\*

**A** quarta-feira, 13 de junho, foi um dia de novas e boas notícias para a luta dos servidores do Poder Judiciário Federal pela aprovação do PL 6.613/2009, que prevê o reajuste salarial da categoria. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) a proposta com os pré-limites do orçamento para 2013, com a previsão de pagamento de 50% do valor referente ao reajuste para os servidores, previsto no PCS4. O PL 6613 também ganhou novo relator, o deputado João Dado (PDT-SP),

parlamentar que desde o envio do projeto à CFT, na Câmara, defende a revisão salarial da categoria. No Rio, os servidores do Judiciário Federal realizaram paralisação de três horas nas portas dos tribunais e fóruns. No Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, que iniciou o movimento paredista às 12h, cerca de cem servidores participaram pa-

ralisação, às 14h, e a manifestação, em seu auge, chegou a ocupar parte da rua do Acre.

As paralisações setoriais de três horas são parte da estratégia de construção de greve da direção sindical do Sisejufe. “Acredito que hoje demos um pontapé importante para mostrar a disposição da categoria em realizar uma greve mais firme

e intensa. Cada companheiro aqui embaixo contamina outros colegas a aderirem à luta”, disse o diretor sindical Edson Mouta Vasconcellos, no TRF2.

“Todos devemos nos mobilizar, pois todos nós sofremos juntos. Não é justo termos 50 pessoas aqui na paralisação quando neste prédio do TRF trabalham mil servidores”, concluiu o diretor sindical Edson Mouta Vasconcellos. O recado do diretor sindical e de outros ativistas surgiu efeito. O movimento foi crescendo até atingir mais de cem servidores em frente ao prédio do TRF2.

Eles ocuparam não só as calçadas como também parte da rua do Acre, inclusive com banquinhos, e a cada vez que o sinal da rua fechava, os servidores invadiam toda a área em frente ao TRF2, fazendo sonoros apitaços e chamando os



**Estratégia:** paralisações setoriais de três horas é decisão da categoria

companheiros para participar paralização. “Desce companheiros. Vêm para lutar. PCS Já!”, gritavam os servidores dos diversos setores administrativos, turmas e gabinetes presentes à atividade.

A diretora Mariana Liria, destacou que “greve não dá para fazer por procuração. É necessário aderir e participar”. Ela ainda convocou os servidores que participaram da manifestação contra o remanejamento das Funções Comissionadas a comparecerem em peso. “Fico feliz que parte dos que estavam aqui em março na luta contra o ato administrativo de remanejamento das FCs estão aqui. Mas naquele dia éramos mais de 200. Isso porque o servidor ia sentir logo no dia seguinte o peso. Até ocupar plenário ocupamos. E agora?”, questionou Mariana Liria. Para concluir: “Precisamos entender que FC não é remuneração. Temos que lutar é pelo reajuste do nosso salário. Isso gente não é uma crítica. É uma reflexão. Precisamos estar juntos pela luta do PL6613”.

As paralisações setoriais foram deliberadas em assembleia da categoria para mobilização e construção da greve por tempo indeterminado dos servidores do Judiciário Federal. O Tribunal Regional do Trabalho, Justiça Federal Rio Branco, Venezuela e Almirante Barroso também realizaram atividades e paralisações.

Na JF Rio Branco, o diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, ponderou que a categoria precisa começar a compreender que a negociação de reajuste salarial dos servidores do Judiciário Federal é sempre delicada, pois “o Judiciário Federal tem a maior categoria do Brasil de servidores”.

“Somos 120 mil funcionários entre ativos e aposentados. E nós nunca admitimos negociar um reajuste diferente para os servidores ativos dos servidores aposentados. Somos uma só categoria. Não podemos admitir que quem ajudou a construir



**Informes:** o diretor sindical Roberto Ponciano atualiza os colegas sobre as movimentações em Brasília

esse país, na hora do reajuste, seja tratado de forma diferente”, frisou Valter. E completou: “Nunca um auxiliar, um técnico, um analista ou aposentado recebeu um reajuste diferente. O reajuste de um é igual ao de todos”.

O diretor-presidente do Sisejufe e coordenador executivo da Fenajufe também destacou que o instrumento de greve não deve ser banalizado. Mas que a categoria precisa responder ao chamado de mobilização e construção de greve. “Temos que entender que o chefe do Supremo, ano passado, a que cabe zelar pela Constituição, não fez nada efetivamente a partir do veto da Dilma no orçamento do Judiciário. Não defendeu a autonomia do Poder”, disse.

Ele também pontuou que o atual presidente do STF, ministro Ayres Britto, tem um perfil diferente. “Ele exerce de fato a presidência do Supremo. Vamos aguardar as negociações, mas independente disso, a categoria precisa compreender que ainda vai para o Congresso. Por isso, precisamos pressionar”.

\*Da Redação.



**Sem desistir:** o diretor sindical Ricardo de Azevedo Soares discursa em ato público em frente à JF da avenida Venezuela

### **Mês de junho começou com atos públicos e piquetes**

“Greve não é situação e tão pouco oposição. Greve não é tendência política ou partido político. Greve é movimento sindical e unificação de servidores. O ministro Ayres Britto não faz parte do quadro direto dos servidores do Judiciário Federal, mas está lá, em Brasília, lutando por nós, pelo nosso PL 6613. Se ele luta, por que nós, servidores diretos do quadro da JF, não vamos lutar? Não podemos deixá-lo sozinho nessa luta. Todos nós devemos aderir à greve pelo PCS4!”. Essa foi à conclamação de greve feita

pelo diretor vice-presidente do Sisejufe, Ronaldo das Virgens, em frente ao prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) na rua do Acre, na início da tarde de 5 de junho, para que todos os servidores e servidoras do Judiciário Federal do Rio comparecessem à Assembleia Geral marcada para o dia seguinte, 6 de junho, em frente ao JF Rio Branco, na Cinelândia. Cerca de 50 servidores participaram da paralisação ocorrida das 12h às 14h, no TRF2. [Da Redação]

# Reunião da Fenajufe com sindicatos redefiniu calendário de luta, indicando greve para 21 de junho

**No dia 20, categoria participou de atividade unificada dos SPFs no Rio, durante a Cúpula dos Povos. Servidores do Rio continuam com paralisações e atos públicos**



Fotos: Henri Figueiredo

Concentração na Candelária da passeata de greve promovida pelo Sisejufe em 16 de junho de 2011

Leonor Costa\*

A greve unificada dos servidores do Judiciário Federal e do MPU terá início no dia 21 de junho, reforçando o movimento das demais categorias do funcionalismo público federal, que terá início no próximo dia 11. O novo calendário de luta da categoria foi definido na reunião da Fenajufe com representantes dos sindicatos filiados nesta quarta-feira, 6 de junho, em Brasília.

Na reunião, os representantes dos

sindicatos ressaltaram a necessidade de construir um movimento com maior unidade em todo o país, alterando a data do início da greve do dia 13 para o dia 21. Pelos relatos dos estados, a categoria sabe da importância de um movimento mais intenso ainda neste semestre, mas há a necessidade de ampliar a adesão para garantir a deflagração da greve. No entanto, diante da falta de um processo de negociação efetivo entre os três poderes, todas as falas dos dirigentes sindicais concluíram que, apesar das dificuldades, os servidores do Judiciário Federal e do MPU precisam se unir ao conjunto do funcionalismo nessa greve, que será histórica para o movimento sindical dos SPFs. A partir do dia 11 vários

setores estarão com seus trabalhos paralisados, se juntando aos docentes das universidades federais, em greve desde o dia 17 de maio. Na avaliação de dirigentes da Fenajufe e dos sindicatos essa, sem dúvida, será uma das maiores lutas unificadas dos últimos anos e, nesse sentido, o Judiciário e o MPU não poderão ficar de fora.

“É importante deixar claro que a redefinição do calendário se deu em função das avaliações trazidas pelos estados, de que ainda é preciso mais fôlego para deflagrar a greve por tempo indeterminado. No entanto, sabemos da necessidade de aderir ao movimento, fazendo coro com os demais servidores federais. Vamos buscar fazer o máximo para construir uma greve forte, com a participação da

maioria dos estados”, disse Zé Oliveira, durante sua fala na reunião de hoje.

A coordenadora Ana Luiza também afirmou que, considerando as especificidades de cada estado, é fundamental um maior esforço para deflagrar um movimento de greve unificado em todo o país. “A greve do conjunto do funcionalismo certamente nos dará mais força para construirmos o nosso calendário. Não temos dúvida que a greve é imprescindível, já que o governo vem reafirmando a sua postura de manter a política de reajuste zero. É importante acompanhar a luta dos demais federais, mas também precisamos romper com as dificuldades que estamos enfrentando para deflagrar a nossa greve”, afirmou Ana.



Em 16 de junho de 2011, a passeata teve fim numa grande assembleia em frente ao TRE – a Justiça Eleitoral será determinante para arrancar o PCS4

“Dificilmente nossa vitória virá sem uma mobilização mais forte em nível nacional. O que estamos enfrentando é uma política de Estado para todos os setores do serviço público. O ministro Ayres Britto se dispõe a conversar com o Executivo, conforme ele tem dito, mas isso ainda não nos garante nada. Portanto, não tenho dúvida que a greve, atuando com os demais servidores federais, é o caminho a seguir. Mas por outro lado, precisamos analisar a realidade de cada estado e ver a melhor data que unifique a categoria. Vamos ver a possibilidade de rever o nosso calendário, mas tendo com perspectiva de uma greve por tempo indeterminado ainda neste semestre”, defendeu Jacqueline Albuquerque, coordenadora da Fenajufe e presidente do Sintrajuf-PE.

### **Greve a partir do dia 21 já foi aprovada na Bahia, Mato Grosso, Paraíba e Rondônia**

A agenda dos servidores do Judiciário Federal e do MPU em vários estados na semana de 18 a 22 de

junho será de intensas mobilizações em defesa dos PLs 6613/09 e 6697/09, que revisam os planos de cargos e salários da categoria. Assembleias, atos, paralisações e até a deflagração da greve darão o tom do calendário nacional de luta, aprovado na última reunião da Fenajufe com os sindicatos filiados.

O dia 21 de junho foi definido como a data para iniciar a greve em todo o país, visando a intensificação das pressões para que a cúpula do Judiciário e o Executivo fechem um acordo favorável ao plano. Para esse dia, alguns estados, como Bahia, Mato Grosso, Paraíba e Rondônia, já aprovaram a greve por tempo indeterminado, cujo indicativo será confirmado em assembleias convocadas pelos sindicatos. No Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Amazonas e no Acre, os servidores aprovaram promover mais uma paralisação de 24 horas no dia 21 de junho e assembleia geral para avaliar se continuam ou não com os trabalhos paralisados.

No Distrito Federal, a categoria também vai cruzar os braços durante 24 horas, mas nesta quarta-feira, dia 20 de junho, quando promoverá também a ocupação da CFT, um ato na Praça dos Três Poderes e uma assembleia geral para definir a deflagração da greve por tempo indeterminado. Em Alagoas, a greve deverá ter início no dia 28 de junho, cujo indicativo ainda será votado em assembleia do dia 21. Já em outros

estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, serão realizadas paralisações parciais e assembleias para votar o início da greve. Nos demais, segundo informações repassadas pela Fenajufe, ainda serão promovidos atos nos locais de trabalho e assembleia para avaliar a adesão da categoria ao movimento.

\*Da Fenajufe – com informações dos sindicatos de base.

### **Confira abaixo as categorias que têm greve prevista para 21 de junho**

**Sindjufe-MT:** Em assembleia realizada no dia 14 de junho, a categoria, depois de promover mais um dia de paralisação de 24 horas, aprovou a greve por tempo indeterminado a partir do dia 21 de junho. No mesmo dia, haverá assembleia de avaliação da continuidade do movimento.

**Sindjufe-BA:** Assembleia promovida no dia 12 de junho aprovou o indicativo de greve para o dia 21 de junho. A próxima assembleia geral será realizada na própria quinta-feira [21], às 13h, para decidir sobre a greve por tempo indeterminado.

Antes, servidores de cada tribunal vão se reunir em suas assembleias setoriais para fazer avaliações e encaminhamentos a serem deliberados pela assembleia geral.

**Sindjuf-PB:** Os servidores do Judiciário Federal da Paraíba, em assembleia geral no dia 13, deliberaram sobre a adesão à greve nacional pelo PCS. No mesmo dia será realizada assembleia para ratificar a decisão.

**Sinsjusta-RO/AC:** Assembleia realizada em Porto Velho [RO] aprovou a adesão dos servidores da Justiça do Trabalho à greve geral no dia 21 de junho.

# Chefe de cartório da 150ª ZE lançará CD em novembro

Foto: Arquivo pessoal

**Trabalho terá como padrinho o músico Vladimir Sete Cordas, do Cacique de Ramos**

Max Leone\*

Servidora do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a chefe de cartório da 150ª Zona Eleitoral (ZE) em Mesquita, Lena Ganthos, está nos preparativos iniciais para lançar um CD. Os trabalhos serão intensificados logo após o término das eleições municipais deste ano. Envolvida nas tarefas da votação que escolherá prefeitos e vereadores para os próximos quatro anos, Lena não vê a hora de colocar o disco de músicas inéditas na rua. O lançamento deve ser em novembro. A artista prepara também um show que terá como palco o Centro Cultural Carioca, na Praça Tiradentes, bem ao lado do Teatro João Caetano.

“Tenho que cuidar primeiro dos afazeres do tribunal. Estamos em ano eleitoral muito importante. E as tarefas do cartório tomam muito tempo. Mas assim que passar esse período volto a me dedicar de corpo e alma ao CD. Teremos novidades em breve”, promete Lena, que apesar do pouco tempo já trata do repertório.

Entre as novidades a que ela se refere estão as três canções que planeja gravar com Vladimir Sete Cordas, músico de destaque do



Cacique de Ramos. Segundo Lena, seu trabalho tem tido grande apoio do pessoal da Zona da Leopoldina. “Eles viram alguns dos meus trabalhos e gostaram. Vou aproveitar essa chance”, afirma.

O lançamento do CD será mais um capítulo da carreira musical da servidora, que apesar dos percalços que músicos no Brasil enfrentam, ela não desiste do sonho de levá-la à diante. “É preciso gostar muito da música. Mesmo assim, continuo estudando independentemente de ‘acontecer’ na música. Um dia sei que vai acabar ‘acontecendo’. As oportunidades estão aparecendo. Estou com uma produtora, a Angela Feingold, também conhecida como Baronesa, lá de Saquarema. E vamos trabalhar. Acho que agora vai”, diz ela, convicta e animada.

Atualmente, Lena Ganthos toca com pessoal do Samba de Lara, que tem entre seus integrantes Rafael Viana, também servidor do TRE.

Com o grupo, ela, Rafael Viana (cavaquinho), Reinaldo ‘Pagodinho’ (surdo) e Augusto Vivas (pandeiro) levam samba, xote, baião, entre outros estilos. Mas não Lena gosta de ser rotulada.

“Já toquei blues, agora samba. Mas o que eu gosto mesmo é de brincar com a música. Eu brinco com a música”, ressalta. Ela mesma

se define: “Sou cantora e compositora de MPB e gostaria de divulgar minhas canções”.

A servidora-artista também utiliza as redes sociais para divulgar seu trabalho. Veja no Facebook “Lena Ganthos – Helena Abdounur”.

\*Da Redação.



# KALLIGRAPHÍA

Marlene de Lima\*

O irmão de um colega, que é grafotécnico da Justiça, me disse que um detalhe importante na identificação do autor de alguma escrita é o traço do T.

Não entendo nada disso, mas precisava descobrir a autora do TE AMO escrito em letras de imprensa que aparecia dentro da minha carteira escolar, sempre numa folha de caderno.

“Coisa de garota certinha, Ivan. E se for uma baranga?” — Sentenciou Zé Carlos, meu melhor amigo.” — “Além disso, esse tipo de letra todo mundo faz; não é exclusivo de uma pessoa.”

“Besteira, cara. Veja o traço oblíquo do T. Ele faz uma curvinha pra cima. Qual delas escreve assim? É só investigar.”

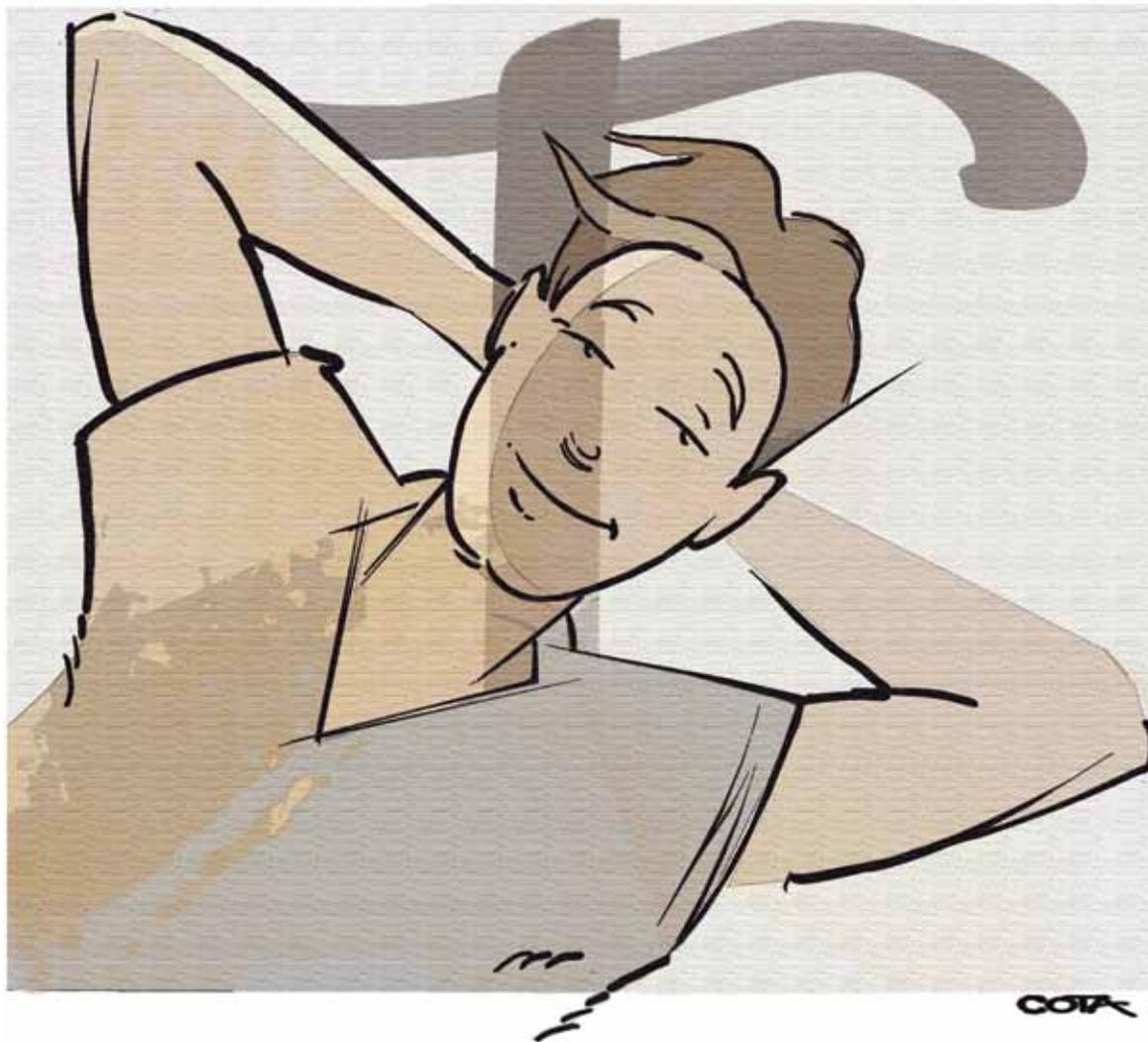
“Investigar? São vinte e uma meninas na sala!”

“Qualquer dia um professor vai mandar essa menina ao quadro. Ai, vemos a letra.”

“Só com muita sorte, maluco. Vamos pensar nisso depois da excursão.”

Estávamos concluindo o curso médio, e só se falava na excursão a Ouro Preto, o que aconteceu naquele fim de semana esticado até o Dia de Finados, numa terça-feira.

Tudo perfeito no nosso passeio, menos a volta. Ninguém gostou do jeito como dividiram as turmas: num dos ônibus só as meninas; noutro, os rapazes. Ideia da diretora, depois de saber que, da última vez, alguns casaizinhos vinham se agarrando na penumbra.



Nosso ônibus saiu na frente. O outro vinha a uns 200 metros atrás de nós. E o que aconteceu foi inexplicável. A jamanta que corria no sentido contrário, e acabara de passar pela gente, perdeu a direção, atravessou a pista da Avenida Brasil e bateu no ônibus do colégio.

Acidente feio em que perdemos João, nosso motorista. Descemos quase todos, desobedecendo aos policiais, que certamente temiam um engarrafamento. Com a chegada dos bombeiros, as vítimas começaram a ser removidas. Os objetos pessoais iam sendo colocados no acostamento.

Eu e Zé Carlos ajudamos dois

professores na identificação das mochilas e bolsas. De repente, o Zé me chamou. Fui para perto dele. Entregou-me um pequeno caderno tirado de uma mochila suja de sangue. Na página inicial, em letra de imprensa, o primeiro verso do xote que eu gostava de cantar e tocar nas festinhas da turma: “ESCREVI TEU NOME NA AREIA.”

O traço do T, oblíquo, fazia uma voltinha para cima, no final. Meu Deus, o T dos bilhetes!

O caderno era de Ariadne, lourinha alegre de pernas bonitas. Nenhum de nós perdia as partidas de vôlei feminino, quando ela jogava. Às vezes, me pedia ajuda

em matemática. Tímido do jeito que eu sou, nunca havia percebido seu interesse. Mesmo porque outras alunas também pediam.

“Aquele avião a fim de você, hein seu sonso.” Zé Carlos disse me abraçando, ao perceber minha emoção.

Só recentemente minha colega, que tem nome de princesa grega, acordou do coma. Quando o médico permitir, vou visitá-la. E dizer, como se diz em matemática — “a recíproca é verdadeira” —, ou simplesmente “eu também TE AMO”.

\*Servidora aposentada do TRT-RJ.

# As lendas urbanas sobre a jornada de 6 horas e a reificação do Homem

Roberto Ponciano\*

O título deste texto mistura um conceito filosófico com as famosas lendas urbanas, exatamente para tentar desmistificar a questão da redução da jornada. Eu tenho labutado praticamente toda a minha vida sindical (6 anos como diretor-presidente do Sisejufe, antes como ativista e agora como diretor de Imprensa) pela redução da jornada de trabalho. Deste labor saíram já três cartilhas, vários textos teóricos aprovados em Congressos e Plenárias da Fenajufe (sempre por unanimidade, ainda que eu tenha lá minhas dúvidas de que as pessoas leiam na íntegra o que aprovam), um seminário de redução da jornada de trabalho bancado pelo nosso sindicato e, agora, por indicação da bancada fluminense no último Congresso da federação, o primeiro Seminário Nacional pela Redução da Jornada.

Nestes anos de luta pelas 6 horas, eu sempre bati na mesma tecla. A primeira tarefa para conseguir a redução da jornada é convencer o trabalhador de que esta luta é justa e é factível, possível. Anos de educação para o “trabalho” nos ensinam a crer que vivemos para trabalhar em lugar de trabalhar para viver. Que nossa vida só tem



sentido quando estamos em um trabalho mecânico e compulsório, que somos peças de uma engrenagem e não seres humanos com aspirações, sonhos, esperanças, necessidades especiais, de carinho, amor, arte, poesia, lazer ou puro e simples ócio. Pode parecer mera especulação, mas não o é, é todo o cerne da questão. Muitas pessoas temem o tempo livre, porque simplesmente não têm o que fazer com ele, tempo livre para estas pessoas significa culpa e solidão: se programaram a uma espécie de vida que é trabalho-casa-trabalho-casa-trabalho.

Assim, surgem as lendas urbanas contra as seis horas, contra a redução, mitos que servem apenas para afastar a discussão racional de reduzir a jornada para melhora da vida e da saúde, já que as seis horas não têm contra-indicação.

Um dos primeiros mitos, surgido do nada, é de que os trabalhadores perderiam o vale-refeição, com a redução da jornada, ou simplesmente teriam seus salários reduzidos. Duas grandes mentiras, a primeira porque não existe relação entre auxílio-alimentação e horas trabalhadas; a segunda porque a Constituição Federal proíbe a redução dos vencimentos e o sindicato jamais faria um acordo deste tipo.

Outra lenda urbana é que com as seis horas, por abrirmos mais postos de trabalho (o que é positivo, ao tirarmos trabalhadores do desemprego ou do mercado informal e por melhor atendermos a população) perderíamos força na luta salarial, pois cresceriam o número de servidores, o que faria o orçamento com funcionalismo aumentar e dificultaria a negociação. Seguindo

Entrei no Judiciário Federal em 1997. A Justiça Federal tinha 1/3 do tamanho atual; o TRE praticamente não tinha quadro próprio; já o TRT, tinha quase o mesmo tamanho. A JF triplicou de tamanho, o TRE mais que quintuplicou o número de servidores. Pela lógica de quem pensa que mais servidores equivale a menos força de negociação, deveríamos ter tido o salário reduzido. Todavia, com o aumento do quadro negociamos o PCS2, o PCS3, a GAJ de 30% e fizemos nossa remuneração ganhar de goleada da inflação. Em resumo, o crescimento do quadro deu mais força à luta salarial. Mais trabalhadores fazem mais barulho e têm mais força de luta e não o contrário. Fraqueza e pequenez nunca vão ser força.



este raciocínio teríamos que seguir a cartilha demoneoliberal de Estado Mínimo com uma pequena elite de servidores públicos, que tantas desgraças trouxe ao país e que não condiz com a realidade da luta que travamos por nossos salários.

Entrei no Judiciário Federal em 1997. A Justiça Federal tinha 1/3 do tamanho atual; o TRE praticamente não tinha quadro próprio; já o TRT, tinha quase o mesmo tamanho. A JF triplicou de tamanho, o TRE mais que quintuplicou o número de servidores. Pela lógica de quem pensa que mais servidores equivale a menos força de negociação, deveríamos ter tido o salário reduzido. Todavia, com o aumento do quadro negociamos

o PCS2, o PCS3, a GAJ de 30% e fizemos nossa remuneração ganhar de goleada da inflação. Em resumo, o crescimento do quadro deu mais força à luta salarial. Mais trabalhadores fazem mais barulho e têm mais força de luta e não o contrário. Fraqueza e pequenez nunca vão ser força.

Porque então misturo lenda urbana com um conceito filosófico, REIFICAÇÃO DO HOMEM. Reificar é tornar à realidade o homem alienado no processo brutal de trabalho, que devido a sua monotonia, repetição e falta de tempo para reflexão faz com que o ser humano perca seu sentido de conjunto, sua humanidade e vire um mero parafuso do siste-

ma. É que estas lendas urbanas são introjeções (como se fala em psicanálise) de um medo irracional. Nos acostumamos tanto a ser ferramenta que, para alguns, é incômodo deparar com sua própria e frágil humanidade. Reagem e até dizem: “Para mim tanto faz trabalhar 12 horas por dia, desde que eu ganhe bem”. Eu questiono: ganhar bem e ser prisioneiro do próprio trabalho serve para quê?

Temos que conciliar as duas coisas. Ganhar dignamente e ter tempo para viver, respirar, ver o sol nascer, ver a lua chegar, estudar, escutar música, curtir nossas companheiras, companheiros, nossos filhos, famílias e amigos. Não é sensato ou humano traba-

lhar até se estafar, prisioneiros de nossas próprias funções como se nós existíssemos apenas para fazer alguma máquina do sistema girar. Não somos máquinas, homens é o que somos. Este é o grande desafio das 6 horas diárias de jornada de trabalho. Reduzir a jornada para reificar o que há de humano em nós, para que possamos recuperar o sentido de nossas próprias vidas.

---

\*Diretor sindical. Mestre em Filosofia com especialização em Ética. Escritor, contista e poeta. Luta pelas 6 horas diárias de jornada não por uma questão meramente política, mas porque acredita que não vale a pena ser escravo bem remunerado trabalhando sem direito a viver.

# A violência nossa de cada dia

Max Leone\*

O assassinato do oficial de justiça Daniel Norberto da Cunha, de 54 anos, em Minas Gerais, (o corpo do servidor foi achado em 28 de maio após ele ter ficado cinco dias desaparecido) é mais um caso que expõe uma situação que se agrava a cada dia. Trata-se da total falta de segurança, das péssimas condições de trabalho e do altíssimo risco de morte a que os oficiais de justiça de todo o país estão submetidos ao exercerem suas atividades de rotina. Segundo um levantamento nacional, Daniel é 23ª vítima que exercia a função e foi morta em atividade nos últimos 10 anos no país. De acordo com Erlon Sampaio, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud-SP), ocorrem, em média, 30 casos de agressões a oficiais de justiça, por mês, em todo território nacional. Um quadro que tende a ser agravado. “Já registramos mais de 2 mil casos no último ano”, revela Sampaio.

No Estado do Rio de Janeiro, os servidores escalados para cumprir decisões judiciais, para fazer busca e apreensão, reintegração de posse, citações e penhoras, também ficam expostos a situações de risco. Há oficiais de justiça que estiveram sob a mira de armas, foram ameaçados de morte por quem está sendo notificado, sofreram interpeleção e feitos reféns por traficantes de drogas em comunidades carentes. Ideias em Revista ouviu relatos de alguns desses profissionais – que por motivo de segurança pediram para não ter os nomes revelados. São informações alarmantes e que deixaram de ser apenas situações constrangedoras. Beiram o limite entre a vida e a morte. Enquanto isso, as Administrações não tomam providências para proteger a integridade dos servidores que vão a campo cumprir sua missão.

“Sentimos no nosso cotidiano e no

**Relatos estupefacentes à Ideias em Revista mostram a difícil tarefa de quem representa a Justiça nas ruas. Entregar uma simples notificação pode provocar até a morte dos servidores**

contato com os colegas nas Centrais de Mandado como está cada vez mais difícil o cumprimento dos mandados, com as situações de violência e ameaças que enfrentamos a cada dia. Saímos para diligenciar sem saber se voltaremos, quando ou como voltaremos para casa. E as Administrações dos tribunais, bem como o Poder Legislativo, não nos dão o mínimo de segurança para trabalharmos. É importante que os colegas participem dos fóruns de discussão do nosso segmento, a exemplo das reuniões do Núcleo dos Oficiais de Justiça do Sisejufe, para que possamos juntos pensar soluções para as dificuldades encontradas no exercício da profissão e que são peculiares ao nosso segmento”, diz a diretora sindical Mariana Liria, oficial de justiça e coordenadora do Departamento Jurídico do Sisejufe.

## Confira os relatos feitos à Ideias em Revista

### X, 40 anos

“Atualmente, substituo uma colega que está licença. Tenho que cobrir uma região que é considerada de alto risco em Jardim Gramacho, em Duque de Caxias. Em tão pouco tempo de serviço público – tomei posse em dezembro de 2011 – vivi uma situação em que poderia ter sido metralhado por traficantes. Precisava fazer investigação social de uma mulher que entrou com ação na Justiça contra o INSS, pleiteando receber um benefício social. Cabia a mim fazer a constatação da condição social dela. Como não conhecia o local, tentei levantar informações da área. Consegui o telefone de contato dela e marquei de encontrá-la a duas

quadras da residência. Mas no meio do caminho fui abordado por, ao menos, dez elementos armados. Eles ficaram na frente do meu carro e mandaram eu parar, já com as armas apontadas para mim. Por sorte, a moradora estava perto e veio em meu socorro dizendo que eu era conhecido dela, sem revelar que eu era, na verdade, oficial de justiça. Os traficantes chegaram a afirmar que se a mulher não tivesse explicado quem eu era, eles teriam atirado no meu carro. O que chama atenção é a Administração não se preocupar em nos proteger. Nos mandam para locais que não conhecemos e não sabemos se é perigoso ou não. É na base do ‘vai lá e se vira!’ Estou me preparando para fazer outro concurso público. Infelizmente eu penso seriamente largar a carreira de oficial de justiça”.

### Y, 38 anos

“Nos meus 13 anos como oficial de justiça, já passei por várias situações de aperto. Numa delas entrei numa comunidade, em Mangueirinha, em Duque de Caxias, em meio a uma operação policial. Não sabia que estava ocorrendo. Ao entrar numa viela, dei de cara com um caveirão da PM. Só tive tempo de me esconder numa das casas.

Também já passei pelo constrangimento de ter sido ameaçado de morte por um intimado. Ele não gostou de receber a intimação e ameaçou me dar um tiro. Tive que chamar a polícia, que levou quase duas horas para chegar. Sem contar as situações em que traficantes armados nos abordam querendo saber aonde vamos. Nesses casos temos que inventar histórias, como dizer que

sou pastor da igreja, que um parente mora na localidade. Às vezes até conseguimos o telefone das pessoas que vamos entregar a intimação, mas elas nem sempre descrevem a realidade do local. Aí vamos sem saber o que vamos encontrar pela frente. As pessoas têm vergonha de dizer que moram em área de risco. Ficamos entregues à própria sorte”.

Os relatos dos servidores mostram de forma clara o risco a que os oficiais de justiça estão expostos quando saem para cumprir um mandado. Para muitos, o sentimento é de que a diligência vai começar mas não se sabe como ela terminará. Às vezes, uma simples intimação pode acabar em reação violenta de quem está sendo citado. De acordo com os oficiais de justiça, é muito comum serem xingados, maltratados e sofrerem até agressões físicas. Há casos de cárcere privado. Pode até parecer engraçado, mas alguns servidores já tiveram que correr de cães ferozes que foram aticados pelos donos.

Por conta disso, a Federação Nacional das Associações dos Oficiais Federais (Fenassojaf) denuncia que, apesar do risco, os servidores têm que lidar, sozinhos, com situações arriscadas em que os intimados não aceitam a cobrança judicial. Em entrevista ao site O Tempo Online, de Minas Gerais, o presidente da federação, Joaquim Castrillon, lembrou o assassinato de uma profissional de São Paulo, morta a tiros durante o expediente. “Ela iria fazer a remoção de uma moto e a pessoa que estava devendo o pagamento do veículo descarregou a arma nela. A violência é constante e estamos sempre sozinhos. O oficial é a Justiça nas ruas”, disse Castrillon.

Relatos sobre a situação em que vivem os oficiais de justiça não faltam. Recente dossiê elaborado pela Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Estado de Goiás (Assojaf-GO) recolheu ocorrências e registros veiculados em jornais de todo país e que estão em certidões juntadas em autos judiciais. São 15 páginas onde fatos estupefacentes ilustram o cotidiano de violência enfrentado pelos servidores. Algumas iniciativas



tramitam no Congresso para tentar amenizar o quadro atual dos oficiais de justiça. Entre as propostas estão o PL 330/2006 que garante o direito à aposentadoria especial para os servidores que exercem atividade de risco. Os oficiais de justiça foram incluídos no projeto, por meio do relatório do deputado Roberto Policarpo (PT-DF), que está na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara para ser votado. Outros são o PL 03/2010 na Câmara e o PL 30/2007 no Senado, ambos que tratam do porte de arma para algumas categorias.

\_\_\_\_\_  
\*Da Redação.

## Fenajufe promove o 8º Encontro Nacional do Cojaf

A situação dos oficiais de justiça será debatida no 8º Encontro Nacional do Coletivo dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Fenajufe (Cojaf). O evento acontecerá dias 30 de junho e 1º de julho, às 10h, no auditório do Hotel Nacional, em Brasília.

Estão pautados para o encontro os seguintes temas: Central de Mandados – (Norma Interna a ser publicada pelo TRF-1). Cargo do Oficial de Justiça Avaliador Federal – Criação. “Especialidade” em extinção; Desvio

de função; Transformação de especialidades; Remoção/Permuta entre Analistas Judiciários e Oficiais de Justiça Avaliadores Federais; Aposentadoria Especial – conversão; geral para especial e vice-versa; contagem de tempo Indenização de Transporte e Diárias – Resoluções do CJF e CSJT. Projetos de interesse dos oficiais e perspectivas de aprovação dos PCS – Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União. Situação do Oficial de Justiça Avaliador

Federal ante o reajuste do Judiciário – perspectivas. GAE – Gratificação de Atividades Externas - Exposição sobre a sua finalidade e a incorporação. Resolução 83 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Lei 12011/2009 – Instalação de Varas da Justiça Federal sem a previsão de Oficial de Justiça Avaliador Federal; Resolução 108 do CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Reforma do CPC – Código de Processo Civil; Mandados de Injunção.

# “O Funpresp é baseado no individualismo e conta com a quebra do sistema financeiro”

Henri Figueiredo\*

**N**o dia 24 de abril, o Sisejufe, por meio do Núcleo de Aposentados e Pensionistas, promoveu o Seminário “Previdência Complementar do Setor Público: Impactos da Implantação do Modelo” que serviu de alerta para os problemas que os servidores vão enfrentar com a entrada em vigor do Projeto de Lei Complementar (PLC) 02/2012, antes PL 1.992/2007, que cria o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Federal (Funpresp). A medida foi sancionada em 30 de abril sob a forma da Lei 12.618/2012. Um dos painelistas do seminário foi vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (Sindifisco-RS), Celso Malhani de Souza.

Nesta entrevista, Malhani detalha o que ele considera uma transferência do dinheiro público e do servidor para a gestão da iniciativa privada sem nenhuma garantia de que daqui a 40 anos haverá dinheiro para honrar com as aposentadorias dado que não existe registro histórico de sucesso de investimentos similares no mundo diante das flutuações do mercado. Para Malhani, o que está se fazendo com a Previdência é um “negócio, política, ideologia” e, diante disso, os servidores precisam se conscientizar e se mobilizar logo contra o que ele chama de “degelo de direitos”. Acompanhe a entrevista com Celso Malhani de Souza.

\*Da Redação.



Foto: Henri Figueiredo

**“O atual regime se baseia na solidariedade. Onera o Erário? Ora, solidariedade é solidariedade. Em primeiro lugar, veja bem, o servidor público enquanto dedica a sua vida seja na segurança pública ou na tutela jurisdicional, nas fazendas públicas, nas escolas, nos hospitais públicos, enquanto ele dedica a sua vida à sociedade ele não pode se dedicar a atividade outra que lhe venha aumentar a riqueza. Então o servidor público com certeza não será rico mas também não será muito pobre. Ele viverá dentro de um patamar razoável, com uma certa estabilidade, prestando o serviço que ele escolheu que é ajudar a sociedade.”**

**Ideias – Por que o senhor afirma em seu painel que “a pátria mãe está distraída em relação à questão do Funpresp”?**

**Malhani –** Eu diria que o Funpresp é um exemplo pontual desta distração. O fato é que os recursos públicos estão sendo movidos para dentro da rede privada do sistema financeiro nacional sem que esteja estabelecido um compromisso de cumprimento daquelas propostas de satisfação das aposentadorias dos servidores – o que é o caso do Funpresp. Tanto que a própria legislação já estabelece uma regra

de benefício indefinido, o que é absolutamente incompatível com as aposentadorias dos servidores.

**Ideias – Apesar de o senhor tentar passar uma mensagem de mobilização, vê-se que a situação é alarmante principalmente quando o senhor faz comparação com a situação chinesa – onde há efetivamente a pensão provisional dos filhos. Explique melhor isso.**

**Malhani –** O que se está buscando é mobilizar todos os servidores, sejam eles ativos ou aposentados, com relação à questão das aposen-

tadorias, ou seja, da recompensa dos servidores no período de inatividade. Porque os servidores da ativa hoje não conseguem vislumbrar seu momento de aposentadoria e os servidores aposentados não conseguem enxergar no tempo as mudanças e as perdas que já tiveram e vivem sob o falso manto psicológico do direito adquirido. Não é verdade! A aposentadoria deles teve 11% confiscada a partir de 2004 e em alguns casos está congelada há mais de 6 anos. Não existe esse direito adquirido porque a remuneração deles está sendo desmontada. O

que eu quis dizer, em comparação com a China, é que no Direito Civil brasileiro os filhos que tiverem condições econômicas devem o provimento do sustento àqueles pais que caírem em situação de miseria- bilidade. Essa é uma comparação ao limite mas, infelizmente, em algumas civilizações o limite che- gou. Espero que não seja o caso do Brasil. Mas temos que ter claro que esses direitos da aposentadoria estão derretendo ano a ano. Por isso fiz uma digressão demonstrando o que aconteceu nos últimos 14 anos: nós brasileiros, hoje, queremos viver um nível de direito social brasileiro e consumir a patamares chineses. Isso é incompatível.

### **Ideias – Estamos aqui tratando, então, não apenas de uma questão previdenciária, mas de negócios e de ideologia? Para usar uma frase sua, “tudo é política”?**

**Malhani** – Sem dúvida. Tem quem tente imaginar que em democracias não existam o poder do capital e o poder do trabalho. Hoje, eles estão em envergaduras extremamente diferentes no Brasil. O capital está hoje mais articulado politicamente do que nunca. O trabalho já esteve muito articulado no país – fez um torneiro mecânico Presidente da República. Na minha avaliação, a tendência é de o capital assumir, principalmente nos países da Europa, uma expressão política maior, influenciando decisivamente na indicação dos governantes e que talvez a tendência seguida pelo Brasil seja a mesma. Eu não gostaria de ver o Brasil se preparando para competir com a China, igualando os direitos sociais chineses – que seriam adequados à cultura do país deles. Crescimento não é desenvolvimento e temos de ser mais seletivos nos produtos que consumimos. Ter certeza que o produto que consumimos, bom e barato, não é feito às custas da destruição da mãe terra, não é feito às custas do consumo de

vidas humanas. Precisamos chegar a este grau de desenvolvimento onde além de um selo verde, tenhamos um selo humano para termos certeza que estamos conseguindo promover o bem-estar da classe trabalhadora no nosso país e no mundo.

### **Ideias – Falando da Previdência dos servidores, o Funpresp tem relação com a Lei 9.717?**

**Malhani** – A alteração da Lei 9.717 que está prevista na minir-reforma ainda não é um projeto de lei. Ainda é um anteprojeto de lei que está em estudo no Ministério da Previdência e que passou pelo Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência (Conaprev). O PLC 2/2012 é a configuração do PL 1992/07 quando migrou da Câmara para o Senado. Quando chegou no Senado era o PL da Câmara nº 2/2012 e ele foi aprovado no Senado com 61 votos a favor e com louvor: privatizando a Previdência, levando os recursos da Previdência para a gestão da iniciativa privada. Dinheiro público, dinheiro dos servidores, com juramentos de que daqui a 35 anos alguém terá aposentadorias para receber. Oxalá Deus assim o queira.

### **Ideias – Há 40 anos, a aposentadoria de um servidor público podia chegar a 20 salários mínimos...**

**Malhani** – O limite do Regime Geral de Previdência era de 20 salários mínimos – sobre o qual eu próprio contribuí 12 anos. O limite atual hoje é de 6,27 salários mínimos! E a minha previsão é de que em mais 14 anos este limite seja de apenas 2 salários mínimos. O limite vem se reduzindo. Em 2012, por exemplo, houve um redução abrupta porque o salário mínimo subiu 14% e as pensões acima do salário mínimo subiram 6%.

### **Ideias – Quem defende o Funpresp afirma que o atual regime onera o Erário.**



**“Quer dizer o seguinte: o limite do RGPS hoje é R\$ 3.916 e aí o sujeito paga até 11% sobre isso o que dá R\$ 430. Já no serviço público, se ele ganha R\$ 20 mil, ele paga R\$ 2.200. Está mais do que provado que atuarialmente se ele pagar a parte dele e o empregador pagar os 22% dele, há com folga condições de prover essas aposentadorias no futuro. Entretanto, o poder público decidiu não fazê-lo, penso eu, por influência de correntes econômicas privadas que têm interesse em administrar e, em tese, alavancar esses recursos. Como se sabe, a aposentadoria é um negócio de longo prazo – 35, 40, 45 anos. Como se tem visto as flutuações na história da gestão dos recursos destas poupanças pelo prazo de 40 anos? Qual o índice de sucesso que se conhece?”**

**Malhani** – O atual regime se baseia na solidariedade. Se onera? Ora, solidariedade é solidariedade. Em primeiro lugar, veja bem, o servidor público enquanto dedica a sua vida seja na segurança pública ou na tutela jurisdicional, nas fazendas públicas, nas escolas, nos hospitais públicos, enquanto ele dedica a sua vida à sociedade ele não pode se dedicar a atividade outra que lhe venha aumentar a riqueza. Então o servidor público com certeza não será rico mas também não será muito pobre. Ele viverá dentro de um patamar razoável, com uma certa estabilidade, prestando o serviço que ele escolheu que é ajudar a sociedade. Um juiz ou um agente fiscal em topo de carreira ganha mais de R\$ 20 mil e aí quando completa 60 anos, a aposentadoria dele cai para o limite do Regime Geral de Previdência Social. Só que, durante a vida funcional, o nosso outro colega hoje pode pagar, optou por pagar, a contribuição previdenciária sobre a totalidade da remuneração. Quer dizer o seguinte: o limite do RGPS hoje é R\$ 3.916 e aí o sujeito paga até 11% sobre isso o que dá R\$ 430. Já no serviço público, se ele ganha R\$ 20 mil, ele paga R\$ 2.200. Está mais do que provado que atuarialmente se ele pagar a parte dele e o empregador pagar os 22% dele, há com folga condições de prover essas aposentadorias no futuro. Entretanto, o poder público decidiu não fazê-lo, penso eu, por influência de correntes econômicas privadas que têm interesse em administrar e em tese alavancar esses recursos. Natural da democracia. Como se sabe, a aposentadoria é um negócio de longo prazo – 35, 40, 45 anos. Então, como se tem visto as flutuações na história da gestão dos recursos destas poupanças pelo prazo de 40 anos? Qual o índice de sucesso que se conhece? Isso que eu pergunto e deixo para a sociedade responder. É preciso refletir sobre



**“Tudo baseado no individualismo. Pega teus recursos, os manda pra frente. O que render é teu. Se o sistema financeiro quebrar, você quebra junto. E isso é tão feito para contar com isso, com a quebra, que o regime é baseado em contribuição definida e benefício indefinido. Benefício é ‘seja o que Deus quiser’.”**

o que vimos acontecer aqui mesmo no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos nos últimos 50 anos. Todavia, na minha opinião, é inadequado ao provimento das aposentadorias, das recompensas do serviço público, a formação deste fundo de reserva com dinheiro público e com dinheiro do servidor numa perspectiva de 40 anos. Nós entendemos que o próprio poder público através da regulamentação dos regimes próprios de previdência social poderiam criar regimes de capitalização com segregação de massas...

**Ideias** – Por exemplo...

**Malhani** – Em segregação de massa eu pego a massa entrante após a aprovação do regime e a vinculo a um fundo onde eu pego os 11% dele e os 11% do empregador e ponho num único bolo gerido pelo poder

público e com aquela massa. E digo que ao cabo de 40 anos terá dinheiro para pagar as aposentadorias. Se, no meio do caminho, esse bolo de recursos for alvissareiro, se poderá mudar o regramento constitucional ou pela legislação local para que esses recursos sejam aplicados em favor da sociedade – como é o caso do FGTS, que teve sucesso em sua finalidade. Então porque esses recursos não ficam aplicados no Tesouro com objetivos de capitalizá-los, sustentar as aposentadorias e, neste período, ainda aplicar em favor da sociedade? Quantas casa se pode financiar? Quanta infraestrutura viária? Escolas?

**Ideias** – Todos colaborando com todos.

**Malhani** – Se elimina o conceito de solidariedade no Funpresp. Os

recursos saem de dentro da Administração Pública, do Tesouro, e vão para dentro da iniciativa privada com o teu nome e com o teu CPF e ali se vai depositando.

**Ideias** – É o tal conceito da conta individual de poupança?

**Malhani** – Exato. Tudo baseado no individualismo. Pega teus recursos, os manda pra frente. O que render é teu. Se o sistema financeiro quebrar, você quebra junto. E isso é tão feito para contar com isso, com a quebra, que o regime é baseado em contribuição definida e benefício indefinido. Benefício é “seja o que Deus quiser”.

**Ideias** – Por que, em sua opinião, a partir da regulamentação do Funpresp se passa a ter duas categorias de servidores públicos?

**Malhani** – Simples. Nós teremos uma categoria de servidores, que ingressaram antes de 2003, que terá direito a uma aposentadoria com benefício definido – paridade e integralidade. No caso daqueles que ingressou a partir de 2003, regras definidas pela média das contribuições da vida funcional. Eu posso, nesse caso, não ter o valor definido, mas tenho regras claras que dizem de quanto ele será. O outro grupo, a outra categoria, é a dos que entram com a aposentadoria limitada ao limite do RGPS – a partir de 2012. Então teremos sim duas classes de servidores públicos: os que têm uma aposentadoria garantida e digna e os que não têm. Teremos um servidor público comprometido com sua carreira até o final e um servidor novo, lance livre, que tem pouco a perder se sair do serviço público. A aposta dele na sociedade, no múnus público dele, é muito diferente. A população vai perder, especialmente aquela mais carente que tanto demanda por serviços do Judiciário, da Polícia Civil, Militar, da Saúde Pública, da Educação Pública, da Atividade Fazendária que tanto se empenha em arrecadar para prover... quem mais depende da dedicação e da garra desses servidores são os menos aquinhoados. Possivelmente haverá perda da qualidade no serviço público, perda de talentos. Haverá transitoriedade. O sujeito vai chegar, aprender, se qualificar e logo que uma consultoria o convidar ele estará indo.

**Ideias** – **Toda a Zona do Euro está em crise, com aposentadorias cortadas, salários reduzidos e congelados, direitos subtraídos e no Brasil, em razão do crescimento dos últimos anos, a euforia parece que não tem deixado a população perceber o risco iminente de perda de direitos. Ao que o senhor atribui essa paralisia de setores trabalhadores que his-**



**toricamente se mobilizavam pelos seus direitos?**

**Malhani** – Claro que o Brasil mudou e a vida da população em geral tem melhorado. Tenho muito claro que o povo brasileiro está vivendo melhor. Agora, isto não quer dizer que estes segmentos de servidores públicos (que veem seus direitos derretendo) não estão pagando parte dessa conta. A questão da mobilização tem muito a ver com política e com a troca de mãos no poder. Eu diria que as agremiações partidárias que tradicionalmente mobilizavam a classe trabalhadora, que tinham estrutura e máquina para mobilizar os servidores, neste momento não estão mobilizando e eu deixo para os leitores refletirem sobre as razões. Os servidores públicos que participaram do Seminário sobre Previdência Complementar no Setor Público, promovido pelo Sisejufe, ouviram uma palavra de mobilização de alguém que colecionou dados sobre o degelo de direitos dos servidores. Talvez esse trabalho de conscientização vá se ampliando cada vez mais, no Con-

**“Teremos duas classes de servidores públicos: os que têm uma aposentadoria garantida e digna e os que não têm. Teremos um servidor público comprometido com sua carreira até o final e um servidor novo, lance livre, que tem pouco a perder se sair do serviço público. A aposta dele na sociedade, no múnus público, é muito diferente. A população vai perder, especialmente aquela mais carente que tanto demanda por serviços do Judiciário (...) quem mais depende da dedicação e da garra desses servidores são os menos aquinhoados. Possivelmente haverá perda da qualidade no serviço público, perda de talentos. Haverá transitoriedade. O sujeito vai chegar, aprender, se qualificar e logo que uma consultoria o convidar ele estará indo.”**

gresso Nacional ele cresce e espero que chegue aonde já estive num passado recente. Há uma demora. No passado, agremiações que se formaram sobre a mobilização de servidores públicos, levaram algum tempo para crescer, se posicionar e

ganhar eco na sociedade. Desse movimento que estamos fazendo hoje no Sisejufe e que vejo em tantos lugares espalhados pelo Brasil, vai sim surgir uma nova consciência, uma mobilização e um novo ciclo. Disso podemos ter certeza. ■

# Sisejufe sedia instalação do GT da Fenajufe durante Jornada de Saúde, Condições e Relações de Trabalho

Henri Figueiredo\*

A saúde do trabalhador e as condições de trabalho devem ser consideradas tão importantes quanto as questões econômicas e salariais que atualmente a maioria dos sindicatos dedica esforços para ter resultados. Essa é a visão que prevaleceu entre os participantes da reunião que marcou a implantação do Grupo de Trabalho (GT) Fenajufe de Saúde que ocorreu na manhã de quinta-feira, 31 de maio, na sede do Sisejufe. A atividade do GT da federação aconteceu dentro da Jornada Sisejufe de Saúde, Condições e Relações de Trabalho que o sindicato promoveu entre sua sede e o Centro Cultural Justiça Federal.

Os dirigentes sindicais presentes na instalação do GT de Saúde da Fenajufe representaram Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba, Santa Catarina, Campinas (Sindiquinze), Bahia, Amazonas, Acre, Rondônia e Distrito Federal. O diretor do Sindjus-DF Jean Loiola estava, como coordenador executivo da Fenajufe, representando a Federação. De acordo com Loiola, o tema do momento quando se discute a saúde do servidor do Judiciário e do MPU são as questões relacionadas à informática. “A questão do teletrabalho é uma pauta importante até porque é preciso se desmistificar a ideia de que isso é vantajoso para o servidor. Já temos



Foto: Max Leone

GT de Saúde: dirigentes sindicais que participaram da instalação do grupo no Rio

## Maratona de debates aconteceu em 31 de maio na sede do sindicato, onde foi instalado o grupo nacional de trabalho da Federação, e no CCJF, com a presença de representantes 10 estados e do Distrito Federal

estudos demonstrando as desvantagens do teletrabalho e temos de fazer uma política de disseminar uma compreensão maior do que se trata e, somado a isso, outra grande pauta nossa é a redução da jornada de trabalho. Que, curiosamente, as pessoas desinformadas a respeito do teletrabalho podem ter a ideia de que ele contribua para uma carga menor de trabalho, quando é exatamente o contrário o que acontece”, esclarece.

O servidor do Judiciário Federal da Paraíba Evilásio da Silva Dantas, também coordenador executivo da Fenajufe, esteve também presente na instalação do GT. “Demos um pontapé inicial para unificar as políticas nacionais na área de saúde. Foi

muito gratificante para mim porque eu não entendia muito da conjuntura nacional nesse âmbito. Ficávamos mais naquela questão de luta por melhores condições de trabalho e por melhores salários e estávamos deixando coisas muito importantes sem discussão”, disse Evilásio.

### Fundamentação científica e os eixos do GT

De acordo com a técnica judiciária especializada em segurança Antônia Damásio, da Bahia, há necessidade não apenas de se qualificar o debate com quem entende do assunto, mas a urgência de se fazer pesquisas com a fundamentação científica para termos respaldo para argumentar.

Antônia, que também é psicóloga, aponta a depressão como o principal problema entre os servidores de seu estado. “É um problema multifatorial, mas que tem muitos caos relacionados com o trabalho, falta de valorização, como assédio, com a não adaptação aos processos de trabalho, que não são exatamente trabalho eletrônico. Há a retirada de poder das pessoas, porque se modifica o sistema de trabalho. Todos fazem tudo. Não há mais, por exemplo, aquele funcionário especializado na carteira de pagamento, onde ele era reconhecido por aqui e tinha uma referência. As pessoas não têm mais referência e isso tirou a identificação de muitas pessoas com o trabalho. Muitas pessoas estão sofrendo com essa questão”, explica.

A assessora política do Sisejufe, Vera Miranda, informou que o sindicato do Rio prepara uma pesquisa que começará pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio e que será lançada juntamente com a campanha pela pausa de 10 minutos de descanso a cada 50 minutos trabalhados. “Vivemos vários episódios de falta de ar-condicionado, prédios sem elevadores, situações de assédio moral, trabalho nos fim de semana para cumprir metas. Temos que estar atentos a essas questões”, disse Vera.

O GT se dividiu em dois eixos para otimizar os trabalhos e escolheu uma coordenação nacional. O Eixo 1 é o Planejamento Estratégico, que se desdobra desde a questão da carreira até o estudo dos planejamentos do CNJ; o processo judicial eletrônico e os dados que já se tem sobre o impacto na saúde do



Centro Cultural Justiça Federal: painel do médico Rogério Dorneles sobre Teletrabalho no Judiciário Federal

servidor; a questão da jornada do trabalho; e a campanha de pausas já lançada no Rio Grande do Sul e que no Rio de Janeiro. O Eixo 2 o SIASS, que é o Subsistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor – uma iniciativa que começou em 2003 via Ministério do Planejamento que fez todo um regramento legal com a edição de decretos, portarias, a Norma Regulamentadora de Saúde do Servidor, a NOSS, e que tem o Manual de Perícia hoje inclusive com data certa para afastamento para adoecimento.

De acordo com a dirigente sindical Mara Rejane Weber, coordenadora de Saúde do Sintrajufe-RS, a função da coordenação é formar um grupo por lista de e-mails e criar um ambiente virtual para ajudar na discussão à distância. “Tiramos uma periodicidade trimestral para as reuniões ordinárias. Neste encontro já fizemos uma divisão de sindicatos em cada eixo que vão ficar responsáveis pela leitura do material que temos disponível e vamos entre nós tirar orientações”, explicou Mara – que é uma das coordenadoras do GT.

Outra coordenadora é a mineira Débora Melo Mansur, responsável pelo Departamento de Relações de Trabalho e Saúde do Sitraemg. “A instalação deste GT foi bastante representativa e mostrou a necessidade que nós temos de ter outras

frentes de luta que não só o PCS neste momento. Mesmo porque o CNJ, o CSJT, o CSJF vêm instituindo normas, regulamentos que chegam como um trator sobre os servidores, sobre o próprio Judiciário. De certa forma, na minha visão, ao invés de estruturarem o trabalho, estão piorando as nossas condições porque em nenhum momento quem conhece o dia a dia e as necessidades é consultado”, critica Débora.

A coordenadora de Saúde do Sisejufe, Helena Cruz, ficou satisfeita com a jornada: “Essa reunião com vários estados e sindicatos foi fantástica. É fundamental poder unir forças numa jornada de saúde como a que promovemos visando melhorias para o servidor público. Encontrei colegas dispostos a construir políticas efetivas. Durante a tarde, os nossos painéis foram dirigidos aos colegas servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro – em que pese a pouca participação neste primeiro momento. Temos um trabalho muito bonito pela frente e fica o convite para todos entrarem contato com a Coordenação de Saúde do Sisejufe, que tragam ideias, propostas. A saúde não é só a questão do medicamento, da licença, a questão da saúde é qualidade de vida – isso é o mais importante. Não adianta termos salários e não termos qualidade de vida”. Da Redação, com Max Leone.



**DÉBORA MELO MANSUR**

Coordenadora de Relações de Trabalho e Saúde do Sitraemg

**“Como servidora do Poder Judiciário Federal eu acredito muito na importância deste poder para a gente fortalecer a democracia, mas o que vemos na prática é o poder mais hierárquico, imperial e autoritário. Infelizmente. Porque esperamos que os que alcançam altos postos no Judiciário lutem por um Judiciário moderno, democrático, cidadão e não isto que a gente está vendo: o sucateamento de toda a estrutura administrativa, funcional, que anda junto com a desvalorização do servidor e dos próprios juizes. A sociedade globalizada é sistêmica: você não consegue se dar bem se quem trabalha ao seu lado está se dando mal. Então os juizes também estão adoecendo e estão perdidos numa péssima carreira como servidores públicos federais. Têm ascensão pecuniária, mas carreira não têm. Todo mundo sai prejudicado, principalmente a sociedade. Deveríamos estar nos perguntando: qual Judiciário nós queremos? Que políticas são necessárias?”**

# Lançada campanha Pausa de 10 Minutos

Foi lançada em 31 de maio, no Centro Cultural Justiça Federal, durante a Jornada Sisejufe de Saúde, Condições e Relações de Trabalho, a Campanha do Sisejufe: “Pausa de 10 Minutos” pela parada de dez minutos das atividades de trabalho a cada 50 minutos trabalhados para todos os servidores do Judiciário Federal.

A reivindicação baseia-se não só em relatos de todos os estados da Federação de casos de assédio, adoecimento físico e mental como também nas pesquisas realizadas pelo Sintrajufe-RS, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), feita em 2008 e finalizada em 2010. Os dados demonstram um agravamento importante nas condições de saúde dos servidores submetidos a essa transformação de sua organização do trabalho e orienta como pontos fundamentais para estancar o adoecimento físico e mental as pausas na jornada (conforme Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho) e a redução da jornada, além de uma série de melhorias no programa e na organização do trabalho.

“Nos últimos dois anos, o sindicato tem recebido um número crescente de reclamações e denúncias de servidores sobre adoecimento devido à precarização do trabalho, assédio moral e intensificação da jornada de trabalho com cumprimento de metas quase inalcançáveis. Estamos adoecendo de tanto trabalhar e a preservação da saúde também precisa ser bandeira de luta da categoria. Por isso, propomos a Jornada

de Saúde na Federação”, explica a coordenadora do Departamento de Saúde do Sisejufe, Helena Cruz.

Para a coordenadora, nos últimos anos tem ocorrido uma marginalização do servidor que adoecer. “Percebemos, pelos relatos que chegam de forma anônima, o desespero do servidor. Muitos sofrem remoção ao retornarem de uma licença médica, perdem cargos. Por isso, têm medo de adoecer e se sujeitam inclusive a ambientes de assédio moral ou de falta de condições de trabalho”, avalia Helena Cruz.

## Mesas discutiram impactos do processo eletrônico, SIASS e redução da jornada

Os “Impactos do Processo eletrônico na Saúde do Servidor – Teletrabalho” foi o tema da primeira mesa de debate da Jornada Sisejufe de Saúde, Condições e Relações de Trabalho, iniciada a partir das 13h45min, com o painel de Rogério Dorneles, médico do trabalho do Sintrajufe do Rio Grande do Sul e do Metalúrgicos de Porto Alegre. De forma clara e direta, Dorneles expôs a 30 servidores e servidora de diferentes estados como o chamado “teletrabalho” gera o adoecimento do servidor. A tecnologia, segundo ele, é charmosa, pois tornou a vida mais confortável. No entanto, não é somente um instrumento como a maior parte das pessoas a compreendem, a tecnologia é geradora de novas culturas de profissionais que intensificam a jornada do trabalho.



**Pausa:** Dorneles brinca com Ponciano durante o painel Redução da Jornada



**Por qualidade de vida:** Vera Miranda e Helena Cruz lançam a campanha

Na segunda mesa da tarde, Mara Rejane Weber, coordenadora do Departamento de Saúde do Sintrajufe/RS, falou sobre a Implantação do Processo Eletrônico – Experiência do Sintrajufe/RS e desdobramentos e sobre o SIASS – Aspectos da implantação no Judiciário. O SIASS é o Subsistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor – uma iniciativa que começou em 2003 via Ministério do Planejamento. De acordo com Mara Weber, “o Judiciário está sendo organizado para se desumanizar, lidar com máquinas”. “Vamos precisar muita solidariedade entre nós e buscar formas de ação”, reiterou a panelista.

O dirigente sindical Roberto Ponciano, do Sisejufe, foi o panelista da terceira mesa, com o tema Redução da Jornada de Trabalho. Ponciano fez a defesa do conceito de um sindicato cujo investimento em formação é dirigido à formação política ou à cultura. “Sindicato não forma para o trabalho. Sindicato forma para fazer o embate com quem explora o trabalho”, defendeu. Sobre o tema do evento, Ponciano assinou que “saúde não

pode ser apenas a ausência de doença. Saúde tem que ser bem-estar”. Para o diretor do Sisejufe, os parâmetros de normalidade da sociedade estão enlouquecidos – por isso a dificuldade em se tratar de uma questão crucial como a redução da jornada. “Reduzir a jornada de trabalho é se apoderar da própria vida”, disse.

As falas de Ponciano tiveram eco entre os outros painelistas. Rogério Dorneles, em intervenção posterior, destacou: “Em todas as rádios só ouvimos falar de amor. Tudo o que a gente não faz, não podemos, não temos tempo. Estamos ficando, na verdade, um bando de esquizofrênicos”.

Após o encerramento da terceira mesa, foi aberto espaço para a plateia debater com os painelistas.

A Jornada Sisejufe de Saúde, Condições e Relações de Trabalho foi encerrada com um coquetel no Centro Cultural Justiça Federal.

\*Da Redação. [Tatiana Lima e Henri Figueiredo]

# Queda de juros bancários contribui para distribuição de renda no país

Max Leone\*

A recente queda de braço do governo federal com os bancos para reduzir as taxas de juros do mercado financeiro pode ser considerada mais uma etapa do esforço de distribuição de renda no país. Iniciado em 2007, com a implementação da política de valorização do salário mínimo nacional, o processo que visa melhorar a renda das classes menos favorecidas, na avaliação do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ainda tem muito a avançar. Após as alterações feitas no rendimento das cadernetas de poupança, que vão contribuir para a diminuição ainda mais dos juros, o seguinte passo foi adotar medidas no campo do crédito habitacional. Nos últimos meses a Caixa Econômica abaixou juros e alongou prazo de financiamento da casa própria.

“Ao bater de frente com os bancos, o governo mostrou que é possível reduzir o custo do dinheiro para o crédito. Apesar da valorização do salário mínimo, a remuneração dos trabalhadores ainda é baixa. Deste modo, o trabalhador vai até o crédito para poder consumir”, explica o supervisor técnico do Dieese-RJ, Cloviomar Cararine.

No começo do mês de abril, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal deram a largada no processo de redução de taxas de juros no cheque especial, empréstimo consignado, cartão de crédito, financiamento de veículos, entre outras modalidades,

para seus clientes. O BB foi o primeiro a começar diminuir as taxas para seus correntistas. A Caixa inovou e, em seguida, baixou também os custos do crédito habitacional, lançando novos valores de juros durante o Feirão da Casa Própria, no Riocentro, de 4 a 6 de maio.

Sem muita alternativa e muito a contragosto, os grandes bancos privados do país, setor que mais lucra na economia nacional, tiveram que se render ao quadro provocado pelas medidas governamentais. Um a um, cada banco – Itaú, Bradesco, Santander, HSBC, Citibank – se viu forçado a aderir a onda de queda de juros para não perder clientes, que fariam uso da chamada portabilidade bancária e trocariam de instituições financeiras, em busca de taxas mais em conta.

Outro fator que forçou os bancos a mexerem nos juros foi a contínua queda da Selic, a taxa básica da economia brasileira, que na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em maio, teve a sétima redução seguida. A Selic atualmente está em 8,5% ao ano. Em julho de 2011, era de 12,50% ao ano.

“O pensamento econômico construído nos anos 70 fez os bancos ganharem muita força. E tentar mexer na Selic e no spread bancário (diferença entre o que os bancos tomam emprestado no mercado e o que eles emprestam para os clientes) faz eles (bancos) gritarem bastante. Ninguém quer diminuir lucro”, ressalta o supervisor do Dieese.

Um dos episódios em que os bancos mostraram que a política de redução de juros por meio dos bancos públicos não os agrada foi a divulgação de um relatório da poderosa Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Em tom de

**Sem muita alternativa e muito a contragosto, os grandes bancos privados do país, setor que mais lucra na economia nacional, tiveram que se render ao quadro provocado pelas medidas governamentais.**

alfinetada, a Febraban desafiou o governo dizendo que a redução esperada da taxa básica de juros pode não destravar a concessão de crédito pelos agentes econômicos de uma maneira que cumpra o objetivo do governo. “Alguém já disse que ‘você pode levar um cavalo até a beira do rio, mas não conseguirá obrigá-lo a beber água’. Mas o ‘risco de deixar o cavalo morrer de sede’ fez com que os bancos comessem a se movimentar e a baixar as taxas.

## Pressão da CUT

O supervisor técnico do Dieese-RJ, Cloviomar Cararine, lembra que o processo de redistribuição de renda foi iniciado por meio de muita pressão das centrais sindicais, entre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), sobre o governo. O resultado foi a aprovação da política de valorização do salário mínimo, que conta com a seguinte fórmula de reajuste: correção pelo INPC do ano anterior mais o acumulado do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Mas o especialista ressalta que o centro da atenção do governo ainda está muito em cima do piso nacional. Segundo ele, 60% dos trabalhadores brasileiros recebem até dois salários mínimos (R\$ 1.244) e 70% dos aposentados, pensionistas e segurados do INSS – algo em torno de 20 milhões – ganham um salário mínimo (R\$ 622) por mês.

“Ter mexido nessa base foi muito bom, ela teve aumento real. Mas as categorias mais organizadas não conseguiram ter o mesmo desempenho, mas conseguiram recuperar os ganhos que o PIB teve. O movimento sindical precisa se atentar para isso. Em média, as categorias tiveram de 1% a 2% de ganho real (acima da inflação) e o crescimento médio do PIB nos últimos dez anos foi de 4,8%. Em 2010, cresceu 7,5%, em 2011, 2,3%, reflexo da crise internacional, e em 2012 a previsão é de crescimento de 4%. Vamos levar essa discussão para os sindicatos organizados na hora de negociar os acordos salariais. A base da pirâmide está empurrando os patamares de cima”, afirma.

Na avaliação do supervisor do Dieese, outras medidas deveriam ser adotadas pelo governo federal. Para ele, a criação de um teto de depósitos nas poupanças e rendimentos diferenciados entre valores menores e maiores e o tempo em que ficam na conta seriam essenciais. “Até dezembro de 2011, 80% dos poupadores tinham até R\$ 5 mil na poupança. Ter mexido na poupança favorece a queda de juros. Reduzir a Selic pode atrair grandes investidores para a caderneta, que hoje têm juros fixos e é isenta de Imposto de Renda”, lembra Cararine.

\*Da Redação.

# A verdadeira cortina de fumaça

Sem o conluio de chantagem midiática da imprensa hegemônica, Cachoeira, Demóstenes, Gilmar Mendes e Roberto Gurgel nunca teriam o poder e notoriedade que alcançaram. Mais do que somente as relações do bicheiro com políticos, esse deveria ser o principal foco da CPMI em andamento no Congresso.

Fotos: Maria Eugênia Sá



Reinaldo Azevedo: voz da Veja



João Roberto Marinho: dono do Rio



Otávio Frias Filho: Folha Tucana



Roberto Civita: Murdoch brasileiro

Vinicius Souza\*

**N**um momento de inconflidência ingênua em 2005, a viúva do fundador das Organizações Globo, Lily Marinho, afirmou que o marido, “Dr.” Roberto, foi o responsável pela criação e derrocada do primeiro presidente eleito pelo voto popular depois da ditadura civil-militar. Levando-se em conta a edição criminosa do último debate entre Lula e Collor em 1989, é impossível discordar totalmente dela. Mas sem o apoio explícito de meios de comunicação hegemônicos como Veja, Folha de S.Paulo e O Estado de São Paulo, somados a outras redes de TV, revistas e jornais, talvez nunca o “Caçador de Marajás” tivesse chegado à Presidência. Isso porque são esses veículos, em conjunto, que atuam politicamente (como confirmou a presidenta da Associação Nacional

dos Jornais, Maria Judith Brito, ao afirmar em 2010 que “obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país”) “elegendo” para a “opinião pública” quais seriam os candidatos “confiáveis”.

Para muitos, a máscara da imprensa isenta caiu junto com o “mosqueteiro da ética” da Veja, o futuro ex-senador Demóstenes Torres, flagrado com um rádio-celular fornecido e pago por Carlinhos Cachoeira. Nas milhares de horas de escutas telefônicas realizadas pela Polícia Federal, em análise na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em atuação no Congresso, os membros da quadrilha combinam entre si e com jornalistas as datas, espaços e veículos em que suas “denúncias” seriam publicadas. Grampos e filmagens ilegais faziam sempre parte do pacote, assim como o amplo acesso e facilidade de entrevistar políticos “amigos”, como o próprio Demóstenes, e magistrados como o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. De um lado, Cachoeira fustigava inimigos de seus interesses “comerciais”. De

outro, a imprensa garantia “escândalos” nas capas e mantinha o governo acuado e sem possibilidade real de mexer nos monopólios midiáticos.

Por isso, além das relações do bicheiro com empreiteiras e políticos, a intersecção com a mídia deveria ser um dos focos principais da investigação. Afinal, em um país com a histórica lentidão do Judiciário e amplas brechas na legislação, como o nosso, o acesso garantido à mídia hegemônica é uma forte carta de chantagem para criminosos. Mas, diferente do Reino Unido onde até o primeiro-ministro David Cameron tem sido interrogado sobre suas ligações com o magnata das comunicações Rupert Murdoch, aqui, frente à menor tentativa de se questionar a imprensa, os empresários da mídia se levantam em ordem unida para repudiar os “ataques à liberdade de expressão” em editoriais, matérias fantasiosas (uma capa recente da Veja traz um clipping de artigos da “imprensa alternativa” como sendo um “manual do PT contra os inimigos” na CPMI) e blogs de política. Da mesma forma, à qualquer questionamento sobre a ação

ou inação de setores do Judiciário e do Ministério Público que teriam beneficiado o esquema de Cachoeira, logo se erguem as mesmas vozes em uníssono acusando os “réus do mensalão” de tentarem criar uma cortina de fumaça para “melar” o julgamento do caso.

Nas contas do jornalista Luis Nassif, pioneiro na denúncia de conluos político-comerciais da revista Veja, inclusive com Cachoeira há mais de quatro anos (acesse O Caso de Veja em <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-serie-o-caso-de-veja>), pelo menos oito capas da publicação teriam vindo diretamente da central de arapongagem do bicheiro. Entre elas estão o primeiro escândalo do governo Lula (o pedido de propina do ex-assessor de José Dirceu, Waldomiro Diniz, a Cachoeira que levou à CPI dos Bingos, onde o diretor da Veja em Brasília, Policarpo Junior, testemunhou em favor do bicheiro), o chamado “mensalão” (quando Cachoeira tirou o PTB dos Correios e do governo) e o “grampo sem áudio” entre Demóstenes e Gilmar Mendes (destruindo a Operação Satiagraha, que havia prendido o



Relações perigosas: os barões da mídia comercial brasileira se odeiam mas mantêm relações com políticos e se autoprotégem

banqueiro Daniel Dantas – liberado com dois habeas corpus em 24 horas por Mendes, e levando à demissão do delegado da Polícia Federal Paulo Lacerda, que não compactuava com o esquema).

A Veja, no entanto, não está sozinha. Em trechos de gravações expostos durante o depoimento do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, o bicheiro é explícito em afirmar que ia botar o “gordinho” (apelido dado a Demóstenes) para “bater” nele e iria municiar a revista *Época*, das Organizações Globo, de material até derrubar o governo. De fato, dias depois o senador subiu à tribuna do Congresso para pedir o impeachment do governador. Seria somente mais um discurso político de oposicionista, se não houvessem as matérias na revista repercutidas à exaustão na TV Globo e em outros veículos do chamado PIG – Partido da Imprensa Golpista.

Foram essas “denúncias” que levaram à convocação de Queiroz pela CPMI, equiparando-o ao governador de Goiás, Marconi Perillo, cuja chefe de gabinete também possuía um rádio-celular fornecido por Cachoeira, pelo qual trocou mensagens com o bicheiro para informar um prefeito aliado de que haveria uma operação da PF no município. Ao menos 14 oficiais das polícias civil e

militar do estado foram presos junto com Cachoeira na Operação Monte Carlo. Os indícios de indicações de aliados de Cachoeira para o governo se contam às dezenas, incluindo toda a cúpula do Detran local. O governador ligou pessoalmente ao bicheiro para cumprimentá-lo pelo aniversário (reclamando não ter sido convidado para a festa) e jantou com ele e associados em pelo menos duas ocasiões.

“Coincidentemente”, Perillo foi o governador que teria “alertado” Lula sobre o “mensalão” meses antes do ex-presidente do PTB, Roberto Jefferson, cunhar o termo como contra-ataque ao PT depois da divulgação das imagens (feitas por Cachoeira e divulgadas na *Veja*) de

um apadrinhado seu nos Correios recebendo propina. Formado recentemente numa faculdade particular de Goiás, Perillo teve Demóstenes e Gilmar Mendes (o mesmo que ganhou outra capa da *Veja* há algumas semanas ao acusar o ex-presidente Lula de pressioná-lo para adiar o julgamento do “mensalão”) como convidados de honra na formatura.

Depois dos depoimentos dos governadores na CPMI, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pediu a abertura de três investigações: duas sobre as relações entre os governadores e o esquema de Cachoeira e uma com base nas matérias da revista *Época* sobre Agnelo. No mesmo dia, ironicamente, o ex-presidente Fernando

Collor de Mello entrou com uma representação no Conselho Nacional do MP contra Gurgel e sua esposa, a procuradora Cláudia Sampaio Marques, para que esclarecessem em 15 dias o porquê da “inércia ou excesso de prazo” que paralisou as investigações da Operação Vegas da PF, que em 2009 já mostrava claros indícios de associação entre Cachoeira e Demóstenes. Quando perguntado informalmente a respeito do não arquivamento e nem andamento do caso pelos membros da CPMI no início dos trabalhos, o procurador-geral, responsável pela acusação do “mensalão” no STF, gritou, para delírio do PIG, que estava sendo atacado por “protetores dos mensaleiros”.

**“Além das relações do bicheiro com empreiteiras e políticos, a intersecção com a mídia deveria ser um dos focos principais da investigação. Afinal, em um país com a histórica lentidão do judiciário e amplas brechas na legislação, como o nosso, o acesso garantido à mídia hegemônica é uma forte carta de chantagem para criminosos. Mas, diferente do Reino Unido onde até o primeiro-ministro David Cameron tem sido interrogado sobre suas ligações com o magnata das comunicações Rupert Murdoch, aqui, frente à menor tentativa de se questionar a imprensa, os empresários da mídia se levantam em ordem unida para repudiar os “ataques à liberdade de expressão”.**

# O imperialismo e o “anti-imperialismo” dos tolos

**Um dos grandes paradoxos da história são os políticos imperialistas que apregoam estar empenhados numa grande cruzada humanitária, uma “missão civilizatória” histórica destinada a libertar nações e povos, enquanto praticam as mais bárbaras conquistas, guerras destrutivas e banhos de sangue em grande escala. Na moderna era capitalista, as ideologias dos dominadores imperiais variaram ao longo do tempo, desde os primitivos apelos ao “direito” à riqueza, poder, colônias e grandeza até as afirmações posteriores de uma “missão civilizadora”. Mais recentemente os dominadores imperiais têm propalado justificações muito diversas, adaptadas a contextos, adversários, circunstâncias e públicos específicos. Este ensaio estará concentrado na análise dos argumentos ideológicos contemporâneos do império estadunidense para legitimar guerras e sanções a fim de manter a dominação.**

James Petras\*

A propaganda imperialista varia consoante seja dirigida contra um competidor pelo poder global ou como uma justificação para a aplicação de sanções ou ainda a entrada em guerra aberta contra um adversário sociopolítico local ou regional. Em relação a competidores imperiais estabelecidos (Europa) ou em ascensão na economia mundial (China), a propaganda imperial dos EUA variou ao longo do tempo. Antigamente, no século XIX, Washington proclamou a

“Doutrina Monroe”, denunciando esforços europeus para colonizar a América Latina, privilegiando os seus próprios designios imperiais naquela região. No século XX, quando os decisores imperiais dos EUA estavam deslocando a Europa dos recursos primários baseados nas colônias no Oriente Médio e África, aproveitou-se de vários temas. Condenou “formas de dominação colonial” e promoveu transições “neocoloniais” que acabaram com monopólios europeus e facilitaram a penetração corporativa de multinacionais estadunidenses. Isto ficou claramente evidente durante e após a 2ª. Guerra Mundial, nos países petrolíferos do Oriente Médio.

Durante a década de 1950, quando os EUA assumiram o primado imperial e surgiu o nacionalismo anticolonial, Washington forjou alianças com potências

coloniais em declínio para combater um inimigo comum e incentivar poderes pós coloniais a combatê-lo. Mesmo com a recuperação econômica pós 2ª Guerra Mundial, com o crescimento e unificação da Europa, ela ainda atuou em conjunto e sob a liderança dos EUA na repressão militar de insurgências e regimes nacionalistas. Quando se verificavam conflitos e competição entre os EUA e regimes, bancos e empresas europeias, os mass media (imprensa) de cada região publicavam “descobertas de investigação” revelando as fraudes e malfeitorias dos seus competidores – e as agências reguladoras dos EUA impunham multas pesadas sobre os seus colegas europeus, fazendo vistas grossas à práticas semelhantes das firmas financeiras da Wall Street.

Em tempos recentes a maré ascendente do imperialismo militarista e das guerras coloniais alimentadas por procuradores israelenses no estado dos EUA levaram a algumas sérias divergências entre o imperialismo estadunidense e o europeu. Com a exceção da Inglaterra, a Europa assumiu um mínimo compromisso simbólico com as guerras dos EUA e a ocupação do Iraque e Afeganistão. A Alemanha e a França concentraram-se em expandir seus mercados de exportação e suas capacidades econômicas, deslocando os EUA em grandes mercados e locais com recursos. A convergência dos EUA e de impérios europeus levou à integração de instituições financeiras e às subsequentes crises e colapso comuns mas sem qualquer política coordenada de recuperação. Ideólogos dos EUA propagaram a ideia de uma “União Europeia em declínio e decadência”, ao passo que ideólogos europeus enfatizaram os fracassos dos “mercados livres” anglo-americanos e as fraudes da Wall Street.

## **Ideologia imperial, potências econômicas em ascensão e desafios nacionalistas**

Há uma longa história de “anti-imperialismo imperialista, condenações, revelações e indignações morais patrocinadas oficialmente dirigidas exclusivamente contra rivais imperialistas, potências emergentes ou simplesmente competidoras, as quais em alguns casos estão simplesmente a seguir as pegadas das potências imperiais estabelecidas.

No seu auge, os imperialistas ingleses justificavam sua pilhagem em escala mundial de três continentes perpetuando a “Lenda negra” da “crueldade excepcional” do império espanhol para com povos indígenas da América Latina, enquanto empenhava-se no maior e mais lucrativo tráfico africano de escravos. Enquanto os colonialistas espanhóis escravizavam os povos indígenas, os colonizadores anglo-americanos exterminavam-nos...

Na preparação para a 2ª. Guerra Mundial, as potências imperiais europeias e dos EUA, enquanto exploravam colônias asiáticas condenavam a invasão e colonização da China pela potência imperial japonesa. O Japão, por sua vez, afirmava estar a liderar forças da Ásia no combate contra o imperialismo ocidental e projetava uma esfera de “coprosperidade” pós colonial de parceiros asiáticos em pé de igualdade.

A utilização imperialista da retórica moral “antiimperialista” foi concebida para enfraquecer rivais e era destinada a diversos públicos. De fato, em momento algum a retórica antiimperialista serviu para “libertar” qualquer dos povos colonizados. Em quase todos os casos a potência imperial vitoriosa apenas substituiu uma forma de domínio colonial ou neocolonial por outra.

O “antiimperialismo” dos imperialistas é destinado aos movimentos

nacionalistas dos países colonizados e ao seu público interno. Imperialistas britânicos fomentaram levantamentos entre as elites agromineiras na América Latina prometendo “comércio livre” contra o domínio mercantilista espanhol; eles apoiaram a “autodeterminação” dos proprietários escravocratas de plantações de algodão nos Sul dos EUA contra a União; eles apoiaram as reivindicações territoriais dos líderes tribais iroqueses contra os revolucionários anticoloniais estadunidenses explorando agravos legítimos para fins imperiais. Durante a 2ª. Guerra Mundial, os imperialistas japoneses apoiaram um setor movimento nacionalista anticolonial na Índia contra o Império britânico. Os EUA condenaram o domínio colonial espanhol em Cuba e nas Filipinas e foram à guerra para “libertar” os povos oprimidos da tirania e ali permaneceram para impor um reino de terror, exploração e domínio colonial...

As potências coloniais procuram dividir os movimentos anticoloniais e criar futuros “dominadores clientes” quando e se tiverem êxito. A utilização da retórica anti-imperialista foi concebida para atrair dois conjuntos de grupos. Um grupo conservador com interesses políticos e econômicos comuns com a potência imperial, os quais partilhavam a sua hostilidade para com nacionalistas revolucionários e que procuram acumular maior vantagem ligando as suas fortunas a uma potência imperial e ascensão. Um setor radical do movimento aliava-se taticamente com a potência imperial em ascensão, com a ideia de utilizá-la para assegurar recursos (armas, propaganda, veículos e ajuda financeira) e, uma vez assegurado o poder, descartá-lo. Na maioria dos casos, neste jogo de manipulação mútua entre império e nacionalistas, os primei-



ros venceram tanto antes como hoje. A retórica imperialista “anti-imperialista” era igualmente destinada ao público interno, especialmente em países como os EUA que valorizavam sua herança anticolonial do século 18. O objetivo era ampliar a base da construção do império para além dos empedernidos lealistas, militaristas e beneficiários corporativos do império. O seu apelo procura incluir liberais, pessoas humanitárias, intelectuais progressistas, moralistas religiosos e laicos e outros “formadores de opinião” que tivessem uma certa influência entre o público mais amplo, as pessoas que teriam de pagar com as suas vidas e dinheiro para impostos pelas guerras inter-imperialistas e coloniais.

Os porta-vozes oficiais do império

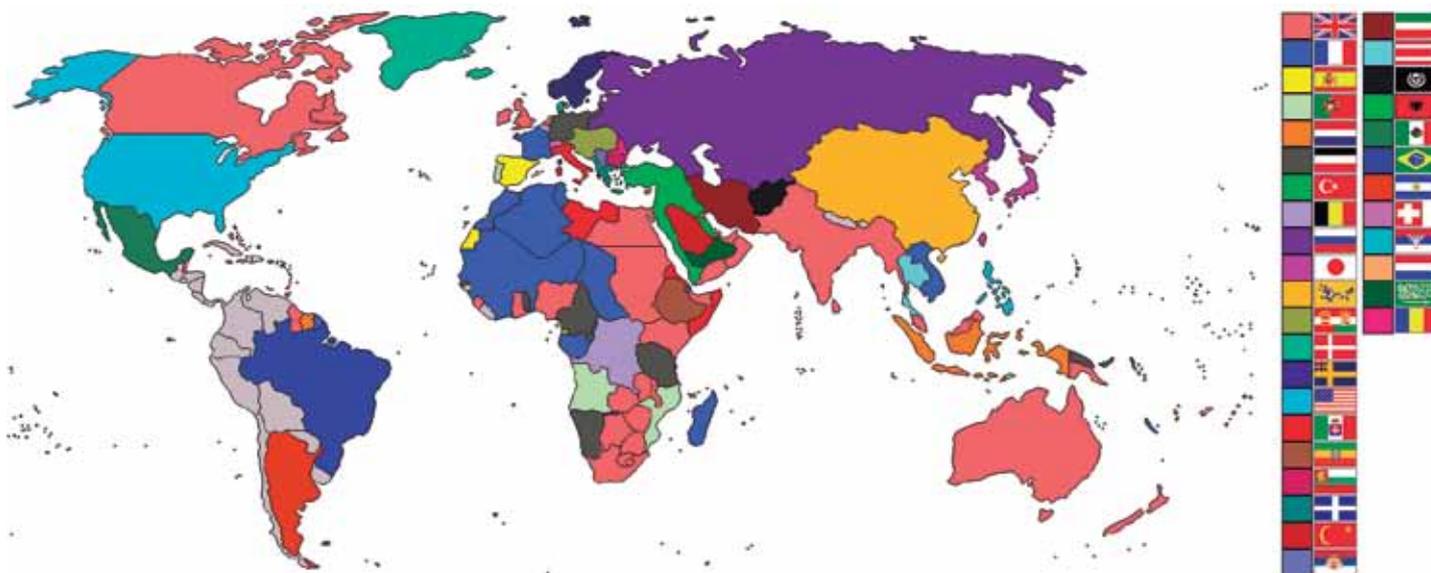
publicitam atrocidades reais e falsificadas dos seus rivais imperiais e destacam os infortúnios das vítimas colonizadas. A elite corporativa e os militaristas empedernidos pedem ação militar para proteger a propriedade, ou tomar recursos estratégicos; as pessoas com sentimentos humanitários e progressistas denunciam os “crimes contra a humanidade” e refletem os apelos “a fazer algo concreto” para salvar as vítimas do genocídio.

Setores da esquerda juntam-se ao coro, descobrindo um setor de vítimas que se ajusta à sua ideologia abstrata e pedem às potências imperiais para “armarem o povo para que se liberte” (sic). Ao conceder apoio moral e um verniz de respeitabilidade à guerra im-

perial, com a deglutição da “guerra para salvar vítimas” os progressistas tornam-se o protótipo do “anti-imperialismo dos tolos”.

Tendo assegurado vasto apoio público na base do “anti-imperialismo”, as potências imperialistas sentem-se livres para sacrificar vidas de cidadãos e o tesouro público, para prosseguir a guerra, alimentada pelo fervor moral de uma causa justiceira. Quando a carnificina se arrasta e as baixas crescem e o público aborrece-se com a guerra e o seu custo, o entusiasmo de progressistas e esquerdistas transforma-se em silêncio ou pior, hipocrisia moral com afirmações de que “a natureza da guerra mudou” ou “que isto não é





a espécie de guerra que tínhamos em mente...”. Como se os fatores da guerra alguma vez pretendessem consultar os progressistas e a esquerda sobre como e porque deveriam empenhar-se em guerras imperiais!

No período contemporâneo as guerras imperiais “anti-imperialistas” e a agressão foram grandemente ajudadas pela cumplicidade de “bases” bem financiadas chamadas “organizações não governamentais”(ONGs) as quais atuam na mobilização de movimentos populares que podem “convidar” à agressão imperial.

Ao longo das últimas quatro décadas o imperialismo estadunidense fomentou pelo menos duas dúzias de movimentos “de base” que destruíram governos democráticos ou dizimaram estados de previdência coletivista ou provocaram grandes danos às economias de países alvos.

No Chile, durante os anos 1972-73 sob o governo eleito democraticamente de Salvador Allende, a CIA proporcionou apoio importante – via AFL-CIO – a proprietários privados de caminhões para paralisar o fluxo de bens e serviços. Também financiaram uma greve de um setor do sindicato de trabalhadores do cobre (na mina El Teniente) a fim de reduzir a produção de cobre e as exportações, na preparação para o golpe. Depois de os militares tomarem o poder vários responsáveis do sindicato democrata-cristão “da base” participaram no expurgo de ativistas de esquerda

eleitos do sindicato. Não é preciso dizer que imediatamente os proprietários de caminhões e trabalhadores do cobre acabaram a greve, abandonaram suas exigências e a seguir perderam todos os direitos de negociação!

Na década de 1980 a CIA, através de canais do Vaticano, transferiu milhões de dólares para apoiar o “Sindicato Solidariedade” na Polônia, transformando num herói o líder dos trabalhadores dos estaleiros de Gdansk, Lech Walesa, o qual atuou como ponta de lança na greve geral para deitar abaixo o regime. Com o seu derrube também foram derrubadas a garantia de emprego, a segurança social e a militância sindical: os regimes neoliberais reduziram a força de trabalho em Gdansk em cinquenta por cento e finalmente encerraram o estaleiro, dando um pontapé em toda a força de trabalho.

Walesa aposentou-se com uma magnífica pensão presidencial, enquanto os seus antigos colegas de trabalho vagueavam nas ruas e os novos dominadores “independentes” da Polônia proporcionavam bases militares para a Otan e mercenários para guerras imperiais no Afeganistão e no Iraque.

Em 2002 a Casa Branca, a CIA, a AFL-CIO e ONGs, apoiadas por militares, homens de negócios e burocratas sindicais venezuelanos dirigiram um golpe “das bases” que derrubou o presidente Chavez democraticamente eleito. Em 48 horas, uma mobilização autêntica com um milhão de pessoas

**Os principais beneficiários dos avanços imperiais do ocidente via levantamentos “de base” foram as corporações multinacionais, Pentágono e os neoliberais do livre mercado de extrema direita. Quando todo o espectro político se move para a direita, um setor da esquerda e progressistas finalmente salta para o comboio. Os moralistas de esquerda perderam credibilidade e apoio, seus movimentos de paz minguaram, suas “críticas morais” perderam ressonância. A esquerda e os progressistas que foram a reboque dos “movimentos de base” apoiados pelo império, quer em nome do “anti-stalinismo”, “pró-democracia” ou “anti-imperialismo” nunca se empenharam em qualquer reflexão crítica; nenhum esforço para analisar as consequências negativas a longo prazo das suas posições em termos de perdas de bem-estar social, independência nacional ou dignidade pessoal.**

dos pobres urbanos apoiados por militares constitucionalistas derrotou os ditadores apoiados pelos EUA e repôs Chávez no poder. Subsequentemente, executivos do petróleo dirigiram um lockout apoiado por várias ONGs financiadas pelos EUA. Eles foram derrotados pela tomada da indústria do petróleo pelos trabalhadores. O golpe fracassado e o lockout custaram à economia venezuelana bilhões de dólares

em rendimento perdido e provocaram um declínio de dois algarismos no PIB.

Os EUA apoiaram “bases” de jihadistas armados para libertar a “Bósnia” e armaram as “bases” terroristas do Exército de Libertação do Kosovo para despedaçar a Iugoslávia. Quase toda a esquerda ocidental alegrou-se quando os EUA bombardearam Belgrado, degradaram a economia e afirmaram estar “respondendo a um genocídio”. O “livre

e independente” Kosovo tornou-se um enorme mercado de escravas brancas, passou a abrigar a maior base militar dos Estados Unidos na Europa, com a mais elevada migração per capita de qualquer país da Europa.

A estratégia imperial das “bases” combina retórica humanitária, democrática e anti-imperialista com ONGs pagas e treinadas, com blitzes de imprensa para mobilizar a opinião pública ocidental e especialmente “prestigiosos críticos morais de esquerda” por trás das suas tomadas de poder.

### **A consequência de movimentos imperiais promovidos a “anti-imperialistas”: Quem ganha e quem perde?**

O registo histórico dos movimentos “de base” imperialistas promovidos a “anti-imperialistas” e “pró democracia” é constantemente negativo. Vamos resumir brevemente os resultados. No Chile a greve “de base” dos proprietários de caminhões levou à brutal ditadura militar de Augusto Pinochet e a cerca de duas décadas de tortura, assassinatos, prisão e exílio forçados de centenas de milhares, à imposição de brutais “políticas de mercado livre” e à subordinação às políticas imperiais dos EUA. Em resumo, as corporações multinacionais do cobre estadunidenses e a oligarquia chilena foram os grandes vencedores e a massa da classe trabalhadora e os pobres urbanos e rurais os grandes perdedores.

Os EUA apoiaram “levantes da base” na Europa Oriental contra a dominação soviética levou à dominação estadunidense; à subordinação à Otan ao invés do Pacto de Varsóvia; à transferência maciça de empresas públicas nacionais, bancos e imprensa para multinacionais ocidentais. A privatização de empresas nacionais levou a níveis sem precedentes de desemprego com dois Algarismos, disparo de rendas e o crescimento da pobreza entre pensionistas. As crises induziram a fuga de milhões dos trabalhadores mais educados e qualificados e à eliminação da saúde pública gratuita, da educação superior e estabelecimentos de férias para trabalhadores.

Nos estados hoje capitalistas da Europa Oriental e da URSS gangues crimi-

nas altamente organizadas desenvolveram prostituição em grande escala e redes de droga; “empresários gangsters” estrangeiros e locais apesaram empresas públicas lucrativas e formaram uma nova classe de super oligarcas. Políticos de partidos eleitorais, pessoas de negócios locais e profissionais ligadas a “parceiros” ocidentais foram os vencedores socioeconômicos. Pensionistas, trabalhadores, agricultores coletivos, juventude desempregada foram os grandes perdedores juntamente com os anteriormente subsidiados artistas culturais. Bases militares na Europa Oriental tornaram-se a primeira linha do império para ataque militar à Rússia e o alvo de qualquer contra-ataque.

Se medirmos as consequências da mudança no poder imperial, é claro que os países da Europa Oriental tornaram-se ainda mais subservientes sob os EUA e à UE do que sob a Rússia. Crises financeiras induzidas pelo ocidente devastaram suas economias. Tropas da Europa Oriental serviram em mais guerras imperiais sob a Otan do que sob a influência soviética; a imprensa e a cultura estão sob o controle comercial do ocidente. Acima de tudo, o grau de controle imperial sobre todos os setores econômicos excedeu de longe qualquer coisa que tenha existido sob os soviéticos. O movimento “de bases” na Europa Oriental teve êxito em aprofundar e estender o Império dos EUA; os advogados da paz, justiça social, independência nacional, de um renascimento cultural e bem-estar social com democracia foram os grandes perdedores.

Liberais ocidentais, progressistas e gente de esquerda que se apaixonou pelo “anti-imperialismo” promovido pelos imperialistas são também grandes perdedores. Seu apoio ao ataque da Otan à Iugoslávia levou ao despedaçar de um estado multinacional e à criação de enormes bases militares da Otan e a um paraíso para traficantes de escravas no Kosovo. Seu apoio cego à promovida “libertação” imperial da Europa Oriental devastou o estado providência, eliminando a pressão sobre os regimes ocidentais da necessidade de competir em disposições de bem-estar.

Os principais beneficiários dos avanços imperiais do ocidente via levantamentos “de base” foram as corporações multinacionais, Pentágono e os neolibe-

## **A longa história da manipulação imperialista de narrativas “anti-imperialistas” encontrou expressão virulenta nos dias de hoje. A Nova Guerra Fria lançada por Obama contra a China e a Rússia, a guerra quente que fermenta no Golfo sobre a alegada ameaça militar do Irã, a ameaça intervencionista contra “redes de droga” da Venezuela e o “banho de sangue” da Síria são parte integrante da utilização e abuso do “anti-imperialismo” para promover um império em declínio.**

rais do livre mercado de extrema direita. Quando todo o espectro político se move para a direita, um setor da esquerda e progressistas finalmente salta para o comboio. Os moralistas de esquerda perderam credibilidade e apoio, seus movimentos de paz minguraram, suas “críticas morais” perderam ressonância. A esquerda e os progressistas que foram a reboque dos “movimentos de base” apoiados pelo império, quer em nome do “anti-stalinismo”, “pró-democracia” ou “anti-imperialismo” nunca se empenharam em qualquer reflexão crítica; nenhum esforço para analisar as consequências negativas a longo prazo das suas posições em termos de perdas de bem-estar social, independência nacional ou dignidade pessoal.

A longa história da manipulação imperialista de narrativas “anti-impe-

rialistas” encontrou expressão virulenta nos dias de hoje. A Nova Guerra Fria lançada por Obama contra a China e a Rússia, a guerra quente que fermenta no Golfo sobre a alegada ameaça militar do Irã, a ameaça intervencionista contra “redes de droga” da Venezuela e o “banho de sangue” da Síria são parte integrante da utilização e abuso do “anti-imperialismo” para promover um império em declínio.

Esperançosamente, os escritores de esquerda aprenderão com as ciladas ideológicas do passado e resistirão à tentação de terem acesso à imprensa proporcionando uma “cobertura progressista” a dúbios “rebeldes” imperiais. Já é tempo de distinguir entre movimentos anti-imperialistas e pró-democracia genuínos e aqueles promovidos por Washington, Otan e a imprensa.



\*JAMES PETRAS é professor emérito de Sociologia na Universidade Binghamton, em Nova York. Cursou a graduação na Universidade de Boston e o doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley. É autor de mais de 62 livros, publicados em 29 línguas, entre os quais citamos A mudança social na América Latina (2000), Globalização: O imperialismo do século XXI (2001), Sistema

em crise (2003) e Multinacionais Trial (2006). Entre 1973 e 1976, foi membro do Tribunal Bertrand Russel sobre a repressão na América Latina. Atualmente, escreve uma coluna semanal para o jornal mexicano La Jornada.

O artigo original, em inglês, encontra-se em: Imperialism and the “Anti-Imperialism of the Fools”. Esta tradução foi extraída do site Resistir.

# Prostitutas de Madri fecham as pernas para que os banqueiros abram os cofres

**A maior associação sindical de acompanhantes de luxo em Madri anunciou, em 19 de março, o início de uma greve geral por tempo indeterminado de serviços sexuais contra os executivos da banca financeira até que eles voltem a proporcionar crédito a famílias, pequenas e médias empresas espanholas.<sup>1</sup>**

A ideia da paralisação surgiu da experiência de Lucía C. P., um dos membros da associação, que durante coletiva de imprensa relatou emocionada como um dos seus clientes habituais lhe contou que, há muito tempo, sua única atividade consistia em pedir emprestado bilhões de euros da janela de liquidez a 1% do BCE e imediatamente investir este dinheiro em dívida pública europeia e produtos especializados, como CDS e fundos especulativos de matérias-primas, com rentabilidade entre 3% e 7% ao mês, embolsando a diferença. Um belo dia ela se fartou e disse: – Já chega! Esqueça de minha vagina até que cumpras com tua responsabilidade com a sociedade. Meu cliente, de início, resmungou e ameaçou subir os juros de comissões e

transferência, mas ao fim de três dias voltou com um certificado notarial de que concedera uma linha de crédito a uma pequena empresa para a compra de um furgão Citroën a um trabalhador autônomo. Assim, podemos fazer com que o crédito volte a fruir.

A confederação dos bancos solicitou um estabelecimento de serviços mínimos e a mediação do governo para desbloquear o conflito o quanto antes. Porém, o Ministério de Economia e Competitividade reconhece a falta de legislação em torno do setor de serviços sexuais – o que torna muito difícil a interferência do Governo nesta greve. De fato, nem houve uma comunicação de greve formal, apenas as prostitutas estão fazendo uso do seu direito de negar a entrada na... bem, vocês sabem onde elas estão negociando que os banqueiros entrem...Nisto não há quem possa intervir na negociação!

Ana M. G., porta-voz do sindicato, lembrou que todas as tentativas anteriores por parte do Governo, do FROB e do Banco de Espanha para que o setor bancário volte a financiar a economia real fracassaram. “Somente nós temos real capacidade de pressão sobre o setor – afirmou a porta-voz – já estamos há três dias sem admitir que nenhum banqueiro se aproveite de nossos corpos e vão ter que ficar mais tempo. De fato, alguns conseguiram furar a greve fazendo se passar por engenheiros ou arquitetos, mas já não estão nos enganando mais, já que estas profissões não conseguem pagar mais tarifas que começam por 300 euros a hora”.

O sindicato de prostitutas de Madri, durante uma entrevista coletiva, sala de imprensa de um conhecido hotel, situado na rua Arturo Soria da capital espanhola, confirmou que está em negociações, mas muito

longe de chegar a um acordo. Quando se chegou ao oitavo dia de protesto Ana M. G., porta-voz do sindicato, confirmou que se produziram contatos discretos “no mais alto nível” com uma confederação dos banqueiros espanhóis, na qual tomaram parte representante de sete dos maiores bancos espanhóis.

No encontro, os banqueiros ofereceram sua capacidade de influir no Governo para legislar importantes reformas para as meretrizes, como a regularização da sua situação no Regime de Seguridade Social (que cobre 90% dos trabalhadores espanhóis), ou a possibilidade de seguir contando com assistência médica gratuita total depois do pacote de medidas de redução de déficit que anunciará o Executivo no mês de abril.

“Não entenderam nada, nossa greve não tem nada que ver com estas leis, nossa capacidade de



COVA

pressão sobre o Governo espanhol é inclusive maior que a da Banca. Também não estamos reclamando vantagens para nós (já que temos uma situação econômica privilegiada, igual a eles). O que pedimos é que os banqueiros voltem a realizar sua função de financiar a economia real, para esta gente menos afortunada de cujas mãos dependemos para que façam nosso pão, desenhem as redes para que funcionem os celulares ou consertem nossos carros. Até que profissionais, empresas e famílias voltem a ter acesso ao crédito em condições razoáveis pra que a economia possa melhorar, esta greve continua.

O sindicato também relatou que os banqueiros pediram que durante a greve se mantenham

os serviços mínimos essenciais, como sinal de boa vontade para a negociação, como felações sem nudez completa ou acompanhamentos a eventos sociais.

Não haverá nenhuma concessão, enquanto não nos escutem, as pernas continuarão fechadas – ironizou a porta-voz. ■

<sup>1</sup>Nota do tradutor: O que faz lembrar a peça grega Lisistrata e a greve do sexo, que parou uma guerra; e a greve do sexo no livro de Jorge Amado, Tieta do Agreste. A vida imitando a arte.

Fonte:  
<http://elblogdelomalaqueeres.wordpress.com/about/>

Traduzido do Espanhol por Roberto Ponciano.

**“Somente nós temos real capacidade de pressão sobre o setor – afirmou a porta-voz – já estamos há três dias sem admitir que nenhum banqueiro se aproveite de nossos corpos e vão ter que ficar mais tempo. De fato, alguns conseguiram furar a greve fazendo se passar por engenheiros ou arquitetos, mas já não estão nos enganando mais, já que estas profissões não conseguem pagar mais tarifas que começam por 300 euros a hora”.**

# Feministas bloqueadas no **facebook** sob alegação de postarem conteúdo pornográfico

Tatiana Lima\*

Pouco após a grande divulgação de fotos das Marchas das Vadias, surgiram denúncias de que imagens de mulheres com os seios de fora, em sinal de protesto contra o machismo e violência, eram apagadas pelo Facebook por supostamente “violiar a declaração de direitos e responsabilidades”. Alguns casos tiveram maior repercussão como os dos perfis da Marcha das Vadias de Belo Horizonte, da fotógrafa Ana da Luz na Marcha do Rio de Janeiro e o da jornalista Luka Franca, de 26 anos, ativista feminista que participou da Marcha em São Paulo. “A história do Facebook começou no domingo (27 de maio) pós-marcha. Postei fotos que uma amiga tirou de mim e da minha filha na marcha em álbum privado. Quando fui acessar a conta (em 28 de maio) eu já não podia mais postar, compartilhar e nem curtir nada na minha timeline e páginas que meu perfil era administrador”, descreve Luka.

Ela lembra que o mesmo aconteceu na quinta-feira (31 de maio) quando postou na página de seu blog uma montagem que alguém havia feito com a foto dela ao lado de uma passista (no caso, a ex-Globeleza Valéria Valença), como forma de crítica à censura do Facebook. Abaixo da foto de Luka Franca (com os seios descobertos) a inscrição “Imoral” e, abaixo da foto da Globeleza (somente de tapa-sexo), “Moral”.

“Não acho que a dicotomia moral ou imoral sirva naquele contexto. Não dá pra censurar passistas de carnaval por estarem nuas, até por que muitas vezes elas

**A Marcha das Vadias reuniu milhares de mulheres em 20 cidades do Brasil e do mundo, em 25, 26 e 27 de maio, na luta contra a violência sexual. As manifestantes foram às principais avenidas do país com pouca roupa no intuito de afastar a ideia de que as mulheres são responsáveis pelas agressões sexuais sofridas. No Rio, o movimento aconteceu em Copacabana, na Zona Sul. As mulheres não protestaram sozinhas em causa própria. Muitos homens também participaram e pintaram o corpo com frases em defesa do sexo feminino. Os organizadores do Rio estimam que o evento teve a participação de mais de mil pessoas. Cidades como São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Toronto, no Canadá, também tiveram suas manifestações.**

também são vítimas de assédio e violência por se exporem assim”, avalia Luka.

Contudo, a montagem feita por internautas agradou e foi compartilhada diversas vezes. Inclusive no perfil do repórter da Folha de S.Paulo Alexandre Orrico, que cobriu a Marcha das Vadias. Orrico também teve sua página suspensa pelo Facebook por suposto “conteúdo pornográfico”, o que aumentou ainda mais a polêmica. No caso, a miniatura da matéria, gerada pelo compartilhamento do link do repórter da Folha, também mostrava os seios de Luka Franca. Até 31 de maio, a mesma reportagem fora compartilhada mais de 12 mil vezes na rede social. Já o perfil de Luka Franca foi suspenso novamente em 1º de junho, por mais três dias, devido à montagem.

A foto que gerou polêmica e que traz a jornalista com os seios descobertos, olhando para sua filha de 3 anos, foi registrada pela amiga da ativista, Cecília Santos. “Não consigo entender o que as pessoas encontram de tão repulsivo na imagem. Teve muita gente que me censurou por estar sem camisa, que a minha filha não devia estar ali, mas acho que ela devia estar. Não tenho problema de mostrar meus peitos. Não tenho mais 18 ou 20 anos. Tenho uma filha de três anos. Tenho 26 anos e esse é o meu corpo e sou feliz com ele”, afirma Luka.

Para ela, “essa história toda” mostra o quanto as redes sociais por si só não são ferramentas para podermos fazer a mudança social concreta se não formos para as ruas. “Tinha muita gente que achava que só “tuitaço” e afins resolviam, sem se estar na rua. Aos poucos vem sendo comprovado que não é assim”, avalia Luka.





Foto: lubbenline/jornal

Heather Jarvis, co-fundadora da SlutWalk (Marcha das Vadias) durante a marcha em Toronto, em 2011

## Marcha das Vadias

A Marcha das Vadias protesta contra a crença de que as mulheres são vítimas de estupro pediram por isso devido às suas roupas ou posturas. É uma reação, que tenta mostrar à sociedade que o certo é ensinar ‘a não estuprar’, e não ‘a não ser estuprada’.

O movimento SlutWalk (Marcha das Vadias) surgiu a partir da indignação de ativistas com o comentário de policiais de Toronto, no Canadá, de que mulheres não deveriam andar em certos lugares com roupas provocantes, e em certos horários, para não serem vítimas de estupro. “Escolhemos o termo ‘slut’ porque foi justamente como um oficial da Polícia de Toronto se referiu às mulheres sobreviventes de violência sexual. Como ‘vagabundas’ e sugerindo que elas se convidaram a sua própria vitimização”, contou Heather Jarvis, co-fundadora do SlutWalk em Toronto, em entrevista

a Ideias em Revista, em 9 de junho, via Skype.

Heather Jarvis é uma ativista gay feminista. Com experiência em estudos de gênero, trabalho social e ativismo comunitário. Como uma sobrevivente de abuso sexual, ficou furiosa ao saber do fato. “Nosso plano era para chamar atenção sobre como o comentário e esse tipo de colocação é um panorama comum, persistente e documentado. A vítima é culpabilizada pelos Serviços de Polícia, o sistema de justiça e esferas sociais que nos rodeiam”, disse Heather Jarvis.

Ela conta que a organização exigiu prestação de contas, não desculpas da Polícia de Toronto. “Pedimos para o chefe da Polícia, Bill Blair nos responder, mas ele nunca o fez”, conclui Jarvis. Também foi exigido treinamento adequado sobre direitos humanos para os policiais. Porém, nenhuma reivindicação foi atendida. Desde então, mulheres do mundo todo saem em marcha,

dizendo que, se ser vadia é ser livre (“para vestir o que quiser, andar como quiser, por onde quiser, tendo o corpo quiser e a orientação sexual que quiser”), então, “Somos todas vadias! Mulheres em marcha até que todas sejam livres!”.

No Brasil, a marcha chama atenção para o número de estupros ocorridos no país. Por ano, 15 mil mulheres são estupradas.

## Rede Viglada

Para o movimento “Direito Para Quem?” – um coletivo de militantes que defende os direitos humanos e a emancipação da classe trabalhadora – o “Facebook ainda não sabe como lidar com a liberdade de expressão”, diz Diogo Flora, integrante do coletivo. A página do movimento já foi bloqueada três vezes por também publicar fotos da Marcha das Vadias de mulheres com seios à mostra em todo o Brasil. “Apesar de eu achar a internet um meio importante para

os movimentos sociais porque ajuda a furar o bloqueio da grande mídia, como os fanzines e os jornais alternativos fizeram há algum tempo, acho que às vezes nós confiamos demais nas corporações que já se instalaram na rede”, diz a jornalista Luka Franca.

Contudo, para ela, o Facebook é uma ferramenta importante e que deve ser usada pois tem mais de 900 milhões de usuários. É preciso, porém, saber que “as denúncias, censuras e afins vão chover nas costas dos usuários, principalmente quando se radicalizar as intervenções”.

Contraditoriamente, foi a partir do Facebook que a Marcha das Vadias, iniciada na canadense Toronto, em 3 de abril de 2011, organizou-se tanto lá como no Brasil. O primeiro evento no país ocorreu em São Paulo em 4 de junho de 2011, promovido pela publicitária curitibana Madô Lopez.

\*Da Redação.

# Comissão da Verdade para passar a limpo a História do Brasil

Foto: Roberto Stuckert Filho/PR



**A Comissão da Verdade saiu do papel e foi instalada, em 16 de maio, para investigar violações de direitos humanos e crimes políticos cometidos por agentes do Estado brasileiro entre 1946 e 1988. Em solenidade que reuniu ex-presidentes pós-ditadura militar (José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Lula), a presidenta Dilma Rousseff assinou a Lei 12.527/2011 que garante o acesso às informações aos sete integrantes da comissão (foto acima). O ex-ministro da Justiça José Carlos Dias; a psicanalista Maria Rita Kehl; o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp; o ex-procurador-geral da República Cláudio Fonteles; a advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha; o jurista José Cavalcante Filho e o diplomata Paulo Sérgio Pinheiro foram escolhidos diretamente por Dilma para passar a limpo um período da História recente do Brasil que não pode ser esquecido e precisa ser esclarecido.**

Max Leone\*

**A**ntes da comissão começar a trabalhar, muito se falou sobre o tema. Algumas iniciativas foram tomadas para abrir processos com vistas à punição de crimes cometidos durante os chamados Anos de Chumbo. Entre elas, a tentativa do Ministério Público Federal (MPF) de ingressar com a primeira ação penal da história do País contra um militar acusado de crimes no período da ditadura. No centro

da denúncia estava um dos personagens mais odiados por militantes de esquerda torturados e familiares de desaparecidos políticos: o coronel da reserva do Exército, Sebastião Curió Rodrigues, comandante da última ação de repressão à Guerrilha do Araguaia, a Operação Marajoara, que ocorreu em outubro de 1973.

Curió foi acusado pelo MPF de seqüestro qualificado dos guerrilheiros Maria Célia Corrêa (Rosinha), Hélio Luiz Navarro Magalhães (Edinho), Daniel Ribeiro Callado (Doca), Antônio de Pádua Costa (Piauí) e Telma Regina Cordeira Corrêa (Lia), entre janeiro e setembro de 1974. A opção de imputar a Curió o crime de seqüestro quali-

ficado foi a alternativa encontrada pelos procuradores para evitar que ele fosse beneficiado pela Lei da Anistia, que perdoa os crimes praticados por militares desde o início da ditadura, em 1964, até o momento em que a lei foi sancionada, em 1979. Principalmente depois que, no ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou a validade da controversa norma legal. Se fosse acusado de crimes como tortura e assassinato ocorridos em 1974, durante a vigência da Lei da Anistia, o coronel reformado passaria impune, na concepção do MPF.

Apesar de organismos internacionais terem elogiado a iniciativa do MPF, o juiz federal João César Otoni de Matos, de Marabá (PA), rejeitou a denúncia oferecida contra o coronel, se baseando na tese de que o militar seria beneficiado pela Lei da Anistia. Numa situação do tipo “esqueçam isso já passou, faz muito tempo”. O MPF recorreu da decisão.

O MPF alegou que o crime de sequestro é permanente enquanto as vítimas não forem encontradas. Com isso, os casos não poderiam ser enquadrados na Lei de Anistia, válida para crimes cometidos até 1979, ano que foi sancionada a lei. A tese, porém, não convenceu o magistrado, que ponderou que os procuradores não apontaram “documento ou elemento concreto que pudesse, mesmo a título indiciário, fornecer algum suporte à genérica alegação de que os desaparecidos a que se refere teriam sido – e permaneceriam até hoje – sequestrados”.

Para o magistrado, para configurar o crime de sequestro não basta apenas o fato dos desaparecidos não terem sido localizados. Para ele, mesmo que o sequestro fosse admitido, a pretensão punitiva já estaria prescrita.

Outra iniciativa foi do promotor da Justiça Militar Otávio Bravo que reabriu 39 casos do Rio e do Espírito Santo, entre eles os do deputado Rubens Paiva, de Mário Alves de Souza, de Stuart Angel Jones e de Carlos Alberto Soares de Freitas que foram presos pelos órgãos de segurança em 1971 e desapareceram. Bravo sustenta que



### **O Ministério Público Militar solicitou que o Exército instalasse Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar a criação de uma cartilha por um capitão da Frente Nacional contra a Comissão da Verdade, na qual ele orienta colegas a boicotarem a atuação do colegiado. O oficial quer que os documentos relacionados à ditadura sejam ocultados e não sejam informados os locais em que foram enterrados os corpos de vítimas da repressão política. A cartilha alega que a comissão seria o primeiro passo para a revisão da Lei da Anistia.**

nesses casos não se aplica a Lei da Anistia, que encerrou os crimes praticados antes de 1979.

O procurador vem tentando recuperar no Supremo Tribunal Militar (STM) arquivos antigos, como o inquérito de 1986 sobre o caso Rubens Paiva. Ele foi aberto logo após a redemocratização. Os militares pressionaram e, por decisão da Procuradoria Geral Militar na época, o inquérito foi arquivado. Bravo ainda não obteve os originais desse inquérito.

Os episódios de tentativa de esquecimento dos fatos poderiam ser muito bem ilustrados por um texto do diretor do Sisejufe Flávio Braga Prieto da Silva. Nele, o servidor da Justiça Federal e sindicalista narra um o diálogo travado entre um coronel-torturador e um torturado

para retratar a discutível questão da conciliação nacional, que na visão do Flávio Prieto, funcionaria mais ou menos assim:

Coronel-torturador: – Vem cá, meu filho, me dá um abraço! Vamos esquecer toda essa bobagem de Comissão da Verdade! Nada de revanches...

Militante-torturado: – Não posso, nem que quisesse! Meus braços e pernas gangrenaram por causa do pau-de-arara e das demais torturas que o senhor me aplicou no DOI-Codi, lembra?

Em um trecho de “Os Ovos das Cobras”, de Carlos A. Lungarzo, ele mostra como a Comissão da Verdade poderá incomodar segmentos da sociedade brasileira que apoiaram o Golpe Militar de 1964. Segundo Lungarzo, “(...) No

Brasil, uma singela comissão de verdade, que apenas quer construir a historiografia correta e desfazer os mitos e mentiras das gangues armadas, assusta os dignitários, melindra os partidos e estimula a insolência castrense. Negar o direito à memória é uma ação infame e equivale simplesmente à censura. A memória é a que nos permite recuperar os fatos passados e, se formos suficientemente rigorosos e tivermos a informação necessária, conseguir identificar os inimigos e criar defesas contra possíveis ataques futuros (...).”

O medo provocado pela instalação da comissão já resulta em atos de covardia por parte de quem tem muito a temer e que quando estava no poder achava que podia fazer o que bem entendesse. Em requerimento recente, o Ministério Público Militar (MPM) solicitou que o Exército instalasse Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar a criação de uma cartilha por um capitão da Frente Nacional contra a Comissão da Verdade, na qual ele orienta colegas a boicotarem a atuação do colegiado.

O texto, a que o jornal Correio Braziliense afirma ter tido acesso, pede que os documentos relacionados à ditadura sejam ocultados e não sejam informados os locais em que foram enterrados os corpos de vítimas da repressão política. A cartilha alega que a comissão seria o primeiro passo para a revisão da Lei da Anistia.

O levantamento dos casos que serão analisados pela Comissão da Verdade deveria resultar em punições dos responsáveis, que antes tão violentos e corajosos, agora se borram de medo e se escondem por trás da Lei da Anistia. A pena para os responsáveis pelos crimes praticados pela Ditadura Militar é uma determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) que, em 2010, condenou o Brasil pelos crimes praticados pelos militares durante a Guerrilha da Araguaia. ■

\*Da Redação.





**Pós-Graduação a Distância**

A **SISEJUFÉ** é conveniada ao **wPós** e oferece aos associados e seus dependentes cursos na **melhor instituição de pós-graduação a distância\*** do país.

Cursos de pós-graduação na área de

## **Direito:**

- Direito Administrativo
- Direito Civil
- Direito Comercial
- Direito Constitucional
- Direito Processual
- Direito Processual Civil
- Direito do Trabalho

E muito outros

**(21) 2233-6801**

**www.wpos.com.br**

atendimento.rj@wpos.com.br

Rua do Carmo, nº 08 Grupo 501-Centro- RJ



Você ganha a **isenção de 6 parcelas e economiza até R\$2.811,00\*\*.**

CONVÊNIO:

**SISEJUFÉ**

sisejufe.org.br



Atendimento em todo o Brasil



Mais de 50 mil alunos matriculados



Nota máxima no Enade/MEC

\* Credenciamento MEC Portaria nº 1663 de 05/10/06.

\*\* Desconto sobre o valor integral do curso, apenas para cheque.



# Brincar de Viver

Educação Infantil e Ensino Fundamental

Há 25 anos  
semeando  
o saber



Acesse:  
[www.brincardeviver.com.br](http://www.brincardeviver.com.br)



Desconto de  
**25%**  
para sindicalizados

- ✓ Inglês informática e música 1 vez por semana
- ✓ Períodos: integral, 10, 8, 6 e 4 horas.
- ✓ Equipe especializada com: pediatra
- ✓ Visita on line no berçário

Convênio:



**SISEJUFE**  
Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco  
Filial - FERNALPES - C/CEP



Contato:  
(21) 2264-2051  
(21) 2204-1437

Rua Afonso Pena, 149 - Tijuca - A uma quadra do metrô (Estação Afonso Pena)